



Banco de Leite

Doado
com
Amor ♡

ALIMENTO UNIVERSAL

Doação de leite humano faz do Brasil uma referência mundial na promoção ao aleitamento materno



EDUARDO DE OLIVEIRA

Um ano da Emergência Yanomami — Em 20 de janeiro de 2024, completou um ano que o governo federal decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) em razão da desassistência em Território Yanomami. *Radis* esteve em Roraima, em março de 2023, para acompanhar o trabalho do Centro de Operações Emergenciais em Saúde (COE). Um dos relatos mostrados em nossas reportagens foi o cotidiano da Casa de Saúde Indígena (Casai) Yanomami, em que vivem centenas de indígenas à espera de voltar para o território.

RRADIS

edição 256 ■ janeiro de 2023

NOSSA CAPA: FOTO DE EDUARDO DE OLIVEIRA



EDITORIAL
3 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

MINERAÇÃO
10 Lágrimas de sal

CAPA | ALEITAMENTO MATERNO
12 Leite humano salva vidas
19 Mulheres são protagonistas

AGROECOLOGIA
20 Agroecologia para cuidar do planeta
25 Quem planta saúde

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA
28 "Quero ser cientista"

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
30 Um cigano na COP
30 O sentir quilombola na COP 28

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO
35 Um relato sobre a leishmaniose

Gotas de amor que salvam

Não é um banco para cuidar de dinheiro, contas, aplicações e tudo que envolve a economia. Mas é um banco que envolve salvar vidas.

Nesta edição *Radis* mostra a importância dos Bancos de Leite Humano (BLH), que tiveram seu reconhecimento na constatação de que contribuíram para diminuir a mortalidade infantil em décadas passadas e hoje se estendem em uma Rede pelo Brasil e dezenas de países com a referência do aleitamento materno como recurso terapêutico, em que a mulher tem o protagonismo e o bebê é o beneficiário.

Quando se fala em BLH, o nome de João Aprígio é sempre lembrado. Foi ele quem alavancou o processo que se apropria da tecnologia de alimentos, com todo o rigor técnico que também está presente na expansão e implantação do modelo. Para Aprígio, “não é só transferir o modelo, mas transferir princípios em uma base de rigor técnico e apoiar cada local respeitando as suas peculiaridades”.

Hoje, o primeiro BLH do Instituto Fernandes Figueira (IFF) da Fiocruz é referência nacional; e toda a rede criada a partir de suas experiências há 40 anos é reconhecida como responsável pela redução da mortalidade e da morbidade neonatal e diminuição da incidência de doenças crônicas, e agraciada com importantes prêmios, fazendo do Brasil referência mundial na promoção ao aleitamento materno.

São muitas histórias contadas por mães à repórter Liseane Morosini. São muitos agradecimentos e é visível o orgulho dos profissionais ligados à Rede Brasileira de Leite Humano (rBLH) — uma das estratégias do Ministério da Saúde que, para além do alimento/leite coletado e distribuído com qualidade certificada para bebês prematuros e de baixo peso, oferecem apoio, acolhimento e orientação que fazem a diferença entre a vida e a morte de centenas de crianças todos os anos.

As mudanças climáticas no mundo todo têm acendido o alerta de que é preciso cuidar do meio ambiente e muito se discute como será o futuro diante dessas mudanças provocadas pela intervenção humana. Uma intervenção utilitária que exige da terra mais do que ela é capaz de oferecer, já que o lucro sob o disfarce de que é preciso atender ao consumo, sai ditando regras. O muito não parece o bastante para quem pode pagar.

Essa visão utilitarista não conhece o desenvolvimento equilibrado. E assim segue ignorando os alertas vindos da natureza, esgotando o solo com o plantio de alimentos com agrotóxicos, aterramento de manguezais, poluição de rios e mares para extração de minério e combustíveis fósseis, queima e derrubada de matas e florestas, como se não houvesse gerações que necessitarão viver neste planeta.

Este ciclo de destruição do humano pelo humano precisa urgentemente ser barrado com a adoção de medidas ecológicas e sustentáveis. Uma mudança de paradigma com alcance global envolvendo ciência, conhecimento, saber tradicional e ação.

Para discutir esses caminhos, o Rio de Janeiro recebeu o 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), que reuniu povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pesquisadores, políticos e o filósofo e escritor Ailton Krenak. O tema central do encontro destacou a importância da agroecologia, presente no campo e nas cidades, e capaz de garantir o direito à alimentação adequada para todos, superando desigualdades e o fantasma da fome e promovendo melhoria das condições sociais de produtores rurais, que alimentam e respeitam a saúde das pessoas sem agredir a terra.

O agronegócio produz commodities, às quais os economistas atribuem um importante papel para a balança comercial do país. Mas sem controle, consciência e uma política de preservação do meio ambiente, seu avanço só tem demonstrado uma forma perversa de tratar a terra, pulverizando pesticidas proibidos em diversos países e praticando a monocultura que empobrece e agride o solo em enormes extensões, ignorando os saberes ancestrais na prática da diversidade de alimentos e preservando a biodiversidade com o plantio e manejo do solo.

Além de discutir a importância da agroecologia, o 12º CBA deixou como referência uma carta construída por muitas mãos, que destaca a necessidade de retomar e fortalecer políticas públicas capazes de estruturar o sistema agroalimentar e a retomada de programas para combater o flagelo da fome que já ronda 33 milhões de brasileiros, e ainda a urgência de medidas estruturais contra a expansão fundiária desordenada e suas graves consequências. Os leitores de *Radis* poderão acessar o site para conhecer todo seu teor.

O Brasil que acompanhou os danos ambientais, sociais e emocionais das tragédias provocadas pela mineradora Vale em Brumadinho e em Mariana, agora teme repetir outro desastre, dessa vez por outra mineradora, a Braskem, que extrai o sal-gema em Maceió, capital alagoana, onde milhares de moradores tiveram de abandonar suas casas, fazendo com que alguns bairros se transformassem em áreas fantasmas.

Sob o título Lágrimas de sal, *Radis* traz o relato deste drama vivido por mais de 200 mil pessoas que sofrem os impactos de ter os espaços onde vivem sendo “engolidos” por enormes crateras, sob olhares complacentes do poder público e da mineradora.

Boa leitura!

■ JUSTA HELENA FRANCO, SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail: radis@ensp.fiocruz.br | Tel: (21) 3882-9026 | Av. Brasil, 4036, Sala 510, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21040-361



TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

“Gratidão demais! Obrigada por me fortalecerem diariamente. Sou feliz demais pela acolhida e por divulgarem cada vez mais minhas reflexões”.

Janaina Costa, via Instagram

“Uma inspiração... Trouxe à tona a realidade, conflitos e problemáticas em torno do trabalho doméstico remunerado”

Elisa Meneses, via Instagram

“Excelente matéria!”

Helena Rodriguez, via Instagram

“Das histórias que nos inspiram, emocionam encham o coração de esperança.”

Selma Peres, via Instagram

MÉDICO DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

“Radis sempre divulgando e incentivando o melhor para as pessoas, pois sabe que uma das soluções na saúde pública é ter profissionais desse nível. Preocupado com o outro, comprometido e dedicado.”

Mauba Tanha Ramos de Alencar, via Instagram

“Nós pacientes de doenças raras precisamos muito desse entendimento. Os gestores precisam assumir suas responsabilidades. E a medicina sendo exercida de forma humana e comunitária é o que se precisa no SUS.”

Andreza Macena, via Instagram

LEITORES ENTREVISTADOS

Saí na Revistas Radis. Que lindo!

Thais Vinhas

Obrigado pelo espaço... Sigamos pela construção de um SUS pintado de gente!

Ruy Massato Haraiama, via Instagram

COMUNICADORES POPULARES

Que bacana essa participação dos comunicadores populares!

Luciana Heymann, via Instagram

Parceria potente e necessária!

Observatório de Favelas, via Instagram

R. Radis tem muito orgulho de ter participado do projeto do Observatório de Favelas, em parceria com a Fiocruz, em que cinco comunicadores populares foram selecionados pelo edital “Como se proteger do coronavírus – programa de reportagem”. Como resultado, foram produzidos textos publicados no site

do Observatório e nas páginas da revista. Que venham novos projetos com esse.

INTERNET SAUDÁVEL

Importantíssimo trabalho da @radisfiocruz em retomar esse tema que é essencial para a democratização das comunicações no Brasil!

Carlos Eduardo (Kadu) Barros, via Instagram

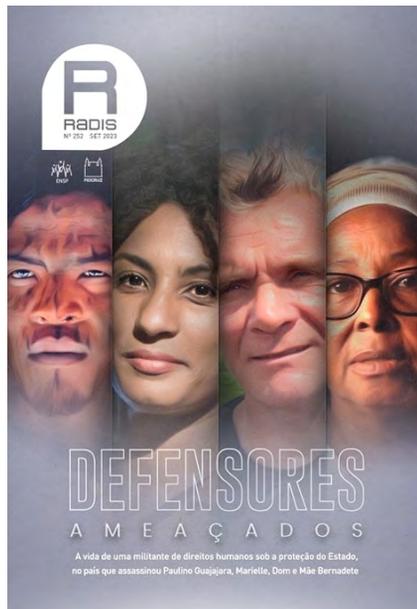
À RADIS

Amo demais a Radis... Parabéns, companheiros queridos!

Pauliran Freitas, via Instagram

Que capa!

Julia Vincent, via Instagram



EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Ana Cláudia Peres
Subeditora

Reportagem

Adriano De Lavor
Glauber Tiburtino
Lícia Oliveira
Liseane Morosini

Estágio supervisionado
Giovanna Garcia, Izabelly Nunes e Luíza Zauza

Arte

Edu Oliveira
Felipe Plauska

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal
Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 120.000 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministerio da Saude
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Marco temporal: últimos atos

O ano de 2023 terminou com a promulgação (28/12), pelo Congresso Nacional, da lei que institui o marco temporal das terras indígenas no Brasil. Na prática, a Lei nº 14.701/2023 prevê que os indígenas só têm direito ao reconhecimento e demarcação de seus territórios se comprovarem presença física nestas áreas em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

No início de dezembro (14/12), em sessão conjunta, Câmara Federal e Senado haviam derrubado parte dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que fixa o marco temporal, invalidando assim as demarcações posteriores em processo de homologação. Estas, porém, como lembrou o site Congresso em Foco (28/12), configuram cerca de metade das reservas existentes.

Vale lembrar que em setembro (21/09), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a tese do marco temporal — duramente criticada por indígenas e ativistas — era inconstitucional. Para os movimentos indígenas, o direito às terras é anterior ao Estado brasileiro e, portanto, não pode estar restrito a um ponto temporal.

Muitos acompanharam a votação no Congresso, do lado de fora, em protesto contra o marco temporal. A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, discursou criticando a medida. Em suas redes sociais, ela anunciou que o ministério pretende levar a discussão à Advocacia-Geral da União (AGU) para que seja apresentada uma ação no STF.

No apagar das luzes de 2023, em 30 de dezembro, a Articulação dos Povos Indígenas (Apib) e os partidos Psol e Rede Sustentabilidade apresentaram pedido ao STF para suspender a lei recém-promulgada. A ação pede que a legislação seja declarada inconstitucional e que seja “dada a interpretação conforme a Constituição de 1988 aos artigos 231 e 232 — que os direitos territoriais dos povos indígenas são direitos fundamentais e portanto cláusulas pétreas”, ressaltou reportagem na Folha de S. Paulo (30/12). Além disso, os partidos políticos sugerem a suspensão da lei, como medida cautelar, até o julgamento definitivo do STF sobre o caso.

“É um absurdo que, enquanto o mundo já reconhece os povos indígenas e seus territórios como uma das últimas alternativas para conter a crise climática, o Congresso Nacional aqui age totalmente na contramão daquilo que precisa ser feito.”

(Sonia Guajajara, ministra dos Povos Originários)

21/09/2023 – STF decide que a tese do marco temporal é inconstitucional.

29/09 – Câmara e Senado aprovam projeto de lei para incluir a tese do marco temporal em lei federal.

23/10 – Presidente Lula veta parcialmente o projeto aprovado no Legislativo.

14/12 – Em sessão conjunta, Câmara e Senado derrubam parte dos vetos do presidente.

28/12 – Congresso promulga a lei nº 14.701/2023, que fixa o marco temporal das terras indígenas e o texto é publicado no Diário Oficial da União.

30/12 – Apib, Rede e Psol acionam STF contra a lei.



Cobertura vacinal infantil em alta

Dados do Ministério da Saúde apontam para um aumento da cobertura vacinal em 2023 de oito vacinas recomendadas para crianças até um ano de idade. A alta ocorreu nos seguintes imunizantes: hepatite A, poliomielite, pneumocócica, as vacinas meningocócica, DTP (difteria, tétano e coqueluche), tríplice viral 1ª dose e 2ª dose (sarampo, caxumba e rubéola) e febre amarela (recomendada aos nove meses de idade) — esta última foi a que teve maior aumento.

“Essa é a retomada de algo que o Brasil nunca deveria ter perdido”, disse a ministra da Saúde, Nísia Trindade. O balanço refere-se às doses aplicadas de janeiro a outubro deste ano, em comparação ao mesmo período de 2022. Apesar de a cobertura vacinal ainda estar longe dos 95% da meta estipulada pelo Ministério da Saúde, as estratégias lançadas pelo Movimento Nacional de Vacinação, em fevereiro, e os repasses aos municípios tiveram efeito. Inclusive a vacina do HPV, que desde 2014 apresentava queda, cresceu 30% em números de doses aplicadas em 2023.

WALTERSON ROSAVIJS



RODOLFO BUHRER

Educação brasileira em baixa

No ranking da educação mundial, o Brasil está em queda. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Aluno (Pisa) 2022, os estudantes brasileiros apresentaram menor desempenho em matemática, leitura e ciências. O estudo, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), consiste em verificar a aprendizagem destes campos de conhecimento e a cada edição dá ênfase a uma destas áreas. Desta vez, a Matemática foi a principal área avaliada.

Foram avaliados 690 mil estudantes de 81 países. No Brasil, 10.789 estudantes de 599 escolas (públicas e privadas) participaram do levantamento. Os dados indicam que a pandemia de covid-19 impactou nos resultados e com maior prejuízo em países onde as escolas ficaram fechadas por mais tempo.

PERFIL DOS ESTUDANTES BRASILEIROS AVALIADOS:

- 73,1% dos estudantes da rede estadual
- 81,9% dos matriculados no ensino médio
- 96,5% das escolas em área urbana
- 76,4% das escolas localizadas no interior

PONTUAÇÃO EM MATEMÁTICA:

- Brasil: 379
- Média entre os países participantes: 479

DESEMPENHO (ESCALA DE 1 A 6, SENDO QUE 2 É O NÍVEL BÁSICO):

- 73% dos estudantes brasileiros com nota abaixo de 2

Perfil étnico-racial do brasileiro

O número de pessoas que se declaram de cor ou raça preta aumentou 42% na última década no país, passando de 14,5 milhões no Censo populacional de 2010, para 20,7 milhões. Além disso, pela primeira vez desde 1872, o número de pessoas pardas no Brasil superou o de brancas. De acordo com os dados do Censo 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro (22/12), 92,1 milhões de pessoas se reconheciam pardas, enquanto 88,3 milhões, brancas.

A coleta de dados é feita por meio de autodeclaração. “É uma percepção que a pessoa tem dela mesma. As pessoas usam a questão da cor da pele, da aparência, questões socioeconômicas”, explica o pesquisador do IBGE Leonardo Athias. A mudança do perfil étnico-racial dos brasileiros confirma tendência já conhecida por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), realizada mensalmente pelo IBGE nos domicílios.



DIVULGAÇÃO

Vacina contra a dengue no SUS

Nos últimos dias de 2023, o Brasil comemorou o anúncio de que o Ministério da Saúde decidiu incorporar a vacina da dengue ao SUS. A vacinação com o novo imunizante — o Qdenga, do laboratório japonês Takeda Pharma, que já havia sido aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) — deve começar em fevereiro, informou (21/12) a ministra Nísia Trindade.

Segundo o Ministério da Saúde, inicialmente, a vacina não será disponibilizada em larga escala, já que o laboratório fabricante tem uma capacidade restrita de fornecimento. Será focada em público e regiões prioritárias, a serem definidos pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) e pela Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização (CTAI). Ao longo de 2024, serão ofertadas 6,2 milhões de doses. Como o imunizante é aplicado em um esquema de duas doses, cerca 3,1 milhões de pessoas poderão ser vacinadas este ano.

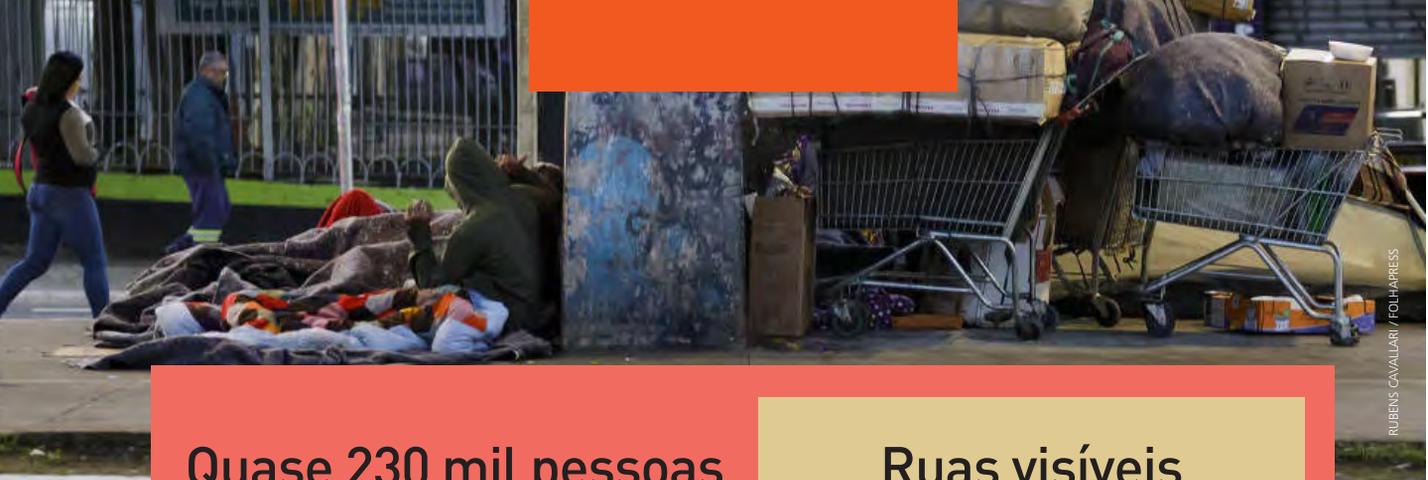


Marina entre os 10 mais

Marina Silva está entre as 10 pessoas mais influentes na ciência, segundo revista britânica Nature. Na lista divulgada (13/12), a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima aparece como a única brasileira homenageada. Segundo a publicação, Marina se destacou por trazer esperança em meio a um ano que trouxe notícias ambientais majoritariamente ruins, como o recorde no aquecimento global, ondas de calor e incêndios florestais de grande intensidade. A ministra defende que a política ambiental não deve ser restrita apenas a um setor, mas transversal a todos os ministérios. Ao longo de 2023, ela esteve à frente de projetos de controle do desmatamento desenfreado e da reconstrução de instituições enfraquecidas pelo governo anterior. À Nature, Marina definiu seu trabalho comparando-o a uma fibra forte de uma árvore da Amazônia, usada para amarrar madeira e criar jangadas.



MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL



RUBENS CAVALLARI / FOLHAPRESS

Quase 230 mil pessoas vivem nas ruas

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou em dezembro (11/12) um estudo que revela, com base em dados do Cadastro Único (CadÚnico), que o Brasil possui 227.087 pessoas vivendo em situação de rua. Número maior que o dobro em relação ao levantamento de 2018, ano que registrou 101.690 pessoas nessas condições.

O maior salto de um ano para outro indicado na série histórica, iniciada em 2012, ocorreu entre 2021 e 2022 (de 139.194 para 198.101). Problemas familiares, desemprego e uso abusivo de álcool e outras drogas foram apontados como os principais motivos que levaram à situação de rua. A pandemia de covid-19 também contribuiu com o cenário negativo. Leia a pesquisa completa em <https://bit.ly/estudopoprua2023>

Ruas visíveis

O governo federal divulgou (11/12) o Plano Ruas Visíveis — Pelo direito ao futuro da população em situação de rua, iniciativa com investimento inicial de R\$ 982 milhões para efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Liderado pelo Ministério dos Direitos Humano e da Cidadania (MDHC), o Plano Ruas Visíveis é uma ação interministerial e envolve 11 pastas. As medidas serão implementadas a partir de sete eixos: Assistência Social e Segurança Alimentar; Saúde; Violência Institucional; Cidadania, Educação e Cultura; Habitação; Trabalho e Renda; e Produção e Gestão de Dados. Saiba mais em: <https://bit.ly/planoruasvisiveis>

Vegetais envenenados

Um a cada quatro alimentos de origem vegetal consumidos no país tem resíduos de agrotóxicos acima do permitido ou sem autorização, segundo divulgou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Desde 2001, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para) avalia a presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos coletados nos supermercados de todas as regiões do país. As amostras são analisadas em laboratórios especializados, utilizando-se métodos científicos reconhecidos internacionalmente. Para o ciclo 2022, a Agência coletou e analisou 1.772 amostras de amendoim, batata, brócolis, café em pó, laranja, feijão, farinha de mandioca, maracujá, morango, pimentão, quiabo, repolho, farinha de trigo e café em pó, de 79 estabelecimentos do país.

Os dados divulgados em 6/12 referem-se aos ciclos de análises de 2018/2019 e 2022. As coletas nos anos de 2020 e 2021 foram suspensas em razão da pandemia, quando a Agência se voltou para a covid-19.

PESTICIDAS NO PRATO:

- **1.772** amostras analisadas
- **41,1%** das amostras não tinham resíduos
- **33,9%** das amostras com resíduos dentro do limite permitido
- **25%** das amostras com inconformidade, que pode ser a presença de um agrotóxico não autorizado ou com resíduos acima do limite permitido
- **0,17%**, equivalente a 3 amostras, apresentaram risco agudo
- **67%** das amostras puderam ser rastreadas até o distribuidor e **23%** até o produtor rural

Fonte: Anvisa

Saúde mental

A 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM) Domingos Sávio foi realizada em Brasília, de 11 a 14 de dezembro. Confira algumas falas e acompanhe a cobertura de *Radis* em nosso site e nas próximas edições da revista:

“Sabemos que na saúde mental as pessoas com deficiência, a população LGBTQIA+, a população negra, sofrem mais ainda o estigma e preconceito. Por isso, também reforçamos todas essas políticas no Ministério da Saúde, nessa gestão, e continuaremos fortalecendo.”

Nísia Trindade, ministra da Saúde, em discurso na abertura (11/12) da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM) Domingos Sávio

“Depois de 13 anos sem ter Conferência Nacional de Saúde Mental, essa foi uma conquista do povo brasileiro.”

Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde ao avaliar a realização da Conferência

“Quando a gente diz que é preciso defender a Reforma Psiquiátrica, quando a gente diz que é preciso defender a Luta Antimanicomial, é porque nós temos consciência que é preciso construir a mais ampla liberdade e democracia, porque não existe Reforma Psiquiátrica e nem Luta Antimanicomial sem democracia.”

Erika Kokay, deputada federal (PT-DF), durante relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial



“Nós, nessa Frente, temos uma posição absolutamente firme em defesa do financiamento público da Rede de Atenção Psicossocial, com parâmetro democrático, e nenhum recurso para as comunidades terapêuticas.”

Pastor Henrique Vieira, deputado federal (PSOL-RJ), durante relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial

“Quando não conseguem nos matar nos presídios, nas periferias, tentam nos matar em comunidades terapêuticas, nessas prisões violadoras, onde muitos de nós já morremos queimados por incêndios, sofremos eletrochoques, sofremos violências cotidianas e é um lugar de aprisionamento.”

Vanilson Torres, líder do Movimento Nacional da População de Rua, sobre as comunidades terapêuticas



O caso dos jogos online

Os jogos de apostas online têm ficado cada vez mais comuns no Brasil. No entanto, de acordo com o Projeto de Lei 442/91, jogos que dependem unicamente da sorte são proibidos. Uma matéria produzida pelo programa Fantástico (16/12) da TV Globo expôs a casa de apostas online Blaze, por aplicar golpes nos usuários que apostaram nos jogos da plataforma. A investigação feita em São Paulo teve início após ser reportado que prêmios mais altos não eram pagos pelo aplicativo. A reportagem teve grande repercussão ao discutir temas como a existência de jogos que, apesar de ilegais, circulam livremente pela internet — a exemplo dos badalados “Jogo do aviãozinho” e “Jogo do triguinho” — e a responsabilidade da divulgação dos influenciadores digitais em suas redes.



JOEYSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

LÁGRIMAS DE SAL

Com a conivência do poder público, bairros de Maceió afundam no maior crime ambiental urbano em curso no mundo

LISEANE MOROSINI

Maceió afunda em lágrimas, diz a frase pintada em uma rua do Pinheiro, um dos cinco bairros que perdeu vida em consequência de impactos econômicos, sociais e ambientais provocados pela extração irregular do sal-gema pela Braskem. Desde o aparecimento das primeiras rachaduras, em 2018, 60 mil pessoas deixaram suas casas, o equivalente a quase 6% da população da capital de Alagoas, e 14 mil imóveis foram desocupados.

Além do Pinheiro, foram atingidos os bairros do Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol, segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). O desastre provocado pela Braskem é muito mais profundo do que se vê nas crateras, registrou a Carta Capital (7/12). A cidade enfrenta o maior crime ambiental urbano em curso no mundo com a conivência e a omissão de instâncias públicas. Houve conivência da

ditadura civil-militar, nos anos 70 e 80, e de todos os governos estaduais e municipais eleitos desde então, além da anuência dos órgãos ambientais de fiscalização, como salientado pelo Observatório da Mineração.

Documentos técnicos analisados pelo observatório (21/12) mostram que, pelo menos desde novembro de 2019, a Agência Nacional de Mineração aponta o risco de colapso de todas as cavidades da petroquímica em Maceió.

O número de pessoas impactadas deve passar de 200 mil. Em conversa com o site Brasil de Fato (1/12), Rikartiany Cardoso, pesquisadora e mestranda em direitos humanos, integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e moradora de Maceió, disse que a realidade local é de “crimes, no plural” e violações, que atingem não só a população, mas também o ecossistema, o mar e as lagoas da região.

Representantes das vítimas da atividade de exploração criticaram os acordos fechados por órgãos públicos com a mineradora, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados sobre os impactos ambientais da atividade da empresa. Segundo a Agência Brasil (1/12), eles afirmaram que os moradores das áreas que tiveram o solo afundado não foram ouvidos durante as tratativas e aderiram aos acordos por se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

As indenizações são desproporcionais à tragédia e foram negociadas diretamente pela empresa com cada família. A secretária da Fazenda de Alagoas, Renata Santos, discorda da negociação com 15 mil famílias afetadas. "Acreditamos que o dano moral deve ser estabelecido por pessoa. E ainda temos de incluir as indenizações dos cerca de 10 mil moradores das novas regiões que também estão afundando", disse (Metrópoles, 10/12).

Após os acordos, a empresa se tornou a dona da área afetada de quatro bairros. É isso mesmo que você leu. Segundo o site Observatório da Mineração, são 3 quilômetros de orla lagunar e 300 hectares de área urbana, uma chacota considerando que a Braskem se tornou a beneficiária do crime cometido. Ainda, o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (Muvb) aponta que novos estudos indicam que o solo da capital alagoana continua afundando, mostrando

a limitação do Mapa de Risco elaborado pela Defesa Civil de Maceió, no qual se baseiam as indenizações.

O QUE É SAL-GEMA?

Sal-gema é diferente do sal marinho, que tem uso culinário. Ele é usado na indústria química para a fabricação de cloro, soda cáustica e bicarbonato de sódio, e em indústrias de papel, sabão, detergente e pasta de dente, entre outros. O mineral é encontrado por meio da perfuração de poços em rochas situadas em até 1,2 mil metros de profundidade. Após o sal ser extraído, os poços são preenchidos com uma solução líquida para manter a estabilidade do solo, o que não ocorre.

RACISMO AMBIENTAL

Pessoas de baixa renda são a maior parte das vítimas, e há denúncias de racismo ambiental. Proprietários dos imóveis desocupados às pressas perderam casa, vida e história. A Braskem fez acordos diretos com as famílias, que não cobrem os prejuízos individuais. As vítimas pedem respeito por parte do poder público e da mineradora e indenizações justas. Em janeiro, um acordo com a Prefeitura de Maceió ressarciu o município em R\$ 1,7 bilhão e a Braskem se tornou dona das áreas públicas nos bairros atingidos pelo crime ambiental, publicou o site da Veja (27/09). A Agência Pública sinalizou que a empresa poderá ser indenizada se a área for recomprada pelo poder público. "É um escândalo", disse Renata Santos, secretária da Fazenda de Alagoas, em entrevista ao Portal Metrôpoles, em 10/12.

POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal deflagrou a operação "Lágrimas de Sal" e recolheu documentos na Braskem. Foram cumpridos 14 mandados judiciais de busca e apreensão em Maceió, Rio de Janeiro e Aracaju. A PF diz que os investigados poderão responder, na medida de suas responsabilidades, pelos crimes de poluição qualificada, usurpação de recursos da União, apresentação de estudos ambientais falsos ou enganosos, inclusive por omissão, entre outros delitos (Agência Brasil, 21/12). Luciana Paiva Barbosa, superintendente da PF em Alagoas, disse que a operação da empresa estava em "discordância entre o que foi realizado efetivamente na mina e aquilo que estava na autorização dada à empresa" (Terra, 21/12).

CRIME QUE SE REPETE

Tal como em crimes anteriores, a Braskem ignorou os alertas de especialistas e só interrompeu a extração após a emergência pública. *Radis* acompanhou o mesmo descaso nas tragédias ocorridas em Minas Gerais. Em Mariana, o rompimento da barragem da Samarco, em 2015, resultou em uma onda de rejeitos que atingiu 663 km de rios e devastou 1.469 hectares de terras. Em Brumadinho, o rompimento de uma barragem da Vale do Rio Doce foi o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século. 

RISCO DE AFUNDAMENTO DE TERRA EM MACEIÓ

MINAS ERAM UTILIZADAS PARA EXTRAÇÃO DE SAL-GEMA



Jecita alimenta Benjamim, que nasceu prematuro, com leite doado pelo BLH do Hospital Regional de Taguatinga, no DF.

LEITE HUMANO SALVA VIDAS

Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano completa 40 anos e é exemplo de política pública que ajuda a reduzir a mortalidade neonatal

LISEANE MOROSINI

Nem toda gravidez é a mesma, como bem sabe Jecita Pereira Clares, que não teve intercorrências no nascimento do primeiro filho e, no segundo, enfrentou um parto prematuro. Com 25 semanas, Benjamin nasceu com 750 gramas e Jecita viveu a montanha-russa emocional comum a mães com filhos internados em unidades de terapia intensiva.

Quando *Radis* conversou com ela na sala do Banco de Leite do Hospital Regional de Taguatinga (HRT), no Distrito Federal, ela trazia Benjamin ao peito, em posição canguru. O contato pele a pele junto à mãe traz inúmeros benefícios para ambos — entre eles, o estímulo à amamentação. “É outra experiência. Eu nem conhecia esse mundo do prematuro: conheci vivendo”, disse, sorrindo.

Benjamin foi alimentado por sonda com o leite fornecido pelo Banco de Leite Humano (BHL) do Hospital de Taguatinga, já que Jecita ainda não estava produzindo leite. Enquanto que uma sonda próxima ao mamilo conduz o leite humano, a mãe fazia movimentos gentis na boquinha do bebê para estimular a pega no mamilo. De 1 ml de leite materno que Benjamin recebeu ao nascer, ele estava consumindo 35 ml por dia após 73 dias de internação.

Tudo teria sido mais difícil, assume Jecita, sem o apoio da equipe multiprofissional. “Para mim é como se elas fossem o meu corpo, elas dão o que eu não posso dar. Se não fosse esse trabalho do BHL, meu filho não estaria vivo”, reconheceu.

Na maternidade, Jecita conheceu o trabalho dos profissionais de saúde ligados à Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH), uma ação estratégica do Ministério da Saúde reconhecida em todo o mundo por contribuir para a redução dos indicadores de mortalidade e morbidade neonatal e na diminuição da incidência de doenças crônicas não transmissíveis. Ao todo, a rede tem 232 bancos de leite humano (BLH) que atuam muito além da coleta, do processamento e da distribuição de leite a bebês prematuros e de baixo peso. São casas de apoio à amamentação que têm muita história para contar em seus 40 anos a serem completados em 2024.

REDE PIONEIRA

O primeiro BLH surgiu em um contexto de desmame precoce e incentivo ao uso de fórmulas artificiais, que eram tidas como superiores ao leite materno. Criado em 1943, o BLH do atual Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF), da Fiocruz, até 1984 atendia apenas casos especiais. Foi quando começou a ser implementado um novo paradigma operacional que permitiu a expansão dos bancos de leite no país e consolidou a primeira rede no SUS — e fez do Distrito Federal o único lugar no mundo a conquistar autossuficiência em leite materno e o único no país a ter uma legislação que regula essa política. [Leia matéria no site]

João Aprígio Guerra de Almeida foi a força motriz de todo o processo que culminou no estabelecimento desse novo paradigma para os Bancos de Leite Humano. Engenheiro de alimentos, Aprígio contou à *Radis* que, na década de 80, a mortalidade infantil no país era elevada e o aleitamento materno já era reconhecido como uma ação eficaz para atenuar e reduzir o problema, o que foi decisivo para fortalecer a expansão do modelo brasileiro de BLHs.

O IFF/Fiocruz foi a semente da rBLH. Até a década de 80, havia apenas cinco unidades. Aprígio revela que, nesta época, surgiu a percepção de que o banco de leite não poderia ser uma laticínio humana. “E a mulher? Onde ela ficava nesse processo? Poder trazer a mulher para o centro da cena do banco de leite humano, percebê-la com uma perspectiva mais compreensiva, foi outro grande diferencial”, observou, ao comentar que a mudança de paradigma fez da mulher a protagonista da amamentação e o bebê o beneficiário do alimento.

De acordo com Aprígio, o modelo brasileiro se alinha ao forte referencial do aleitamento materno e da tecnologia de alimentos, que amplia a segurança do que se faz dentro do banco e a oportunidade de uso de suas funcionalidades como recurso terapêutico. “Não é só transferir o modelo, mas transferir princípios em uma mesma base de rigor técnico e apoiar cada local respeitando as



LUCIANE, MÃE DE RUAN MIGUEL, 15 DIAS

Luciane Mendes da Silva desconhecia a rBLH até descobrir que seria mãe. E isso foi bem rápido. Um pico de pressão a levou ao médico e uma semana se passou entre a descoberta da gravidez, o parto e o nascimento prematuro de Ruan Miguel. Ela sorriu ao dizer que, com 43 anos e três filhos, achava que sua gravidez era um “mioma”. “Pela minha cabeça passa agradecimento, choro e emoção”, falou ao olhar para Ruan Miguel.

No Alojamento Conjunto do Hospital de Tabatinga (HRT), ela dividia o espaço com outras mães que esperavam também a hora de ir para casa. Luciane mora em Planaltina de Goiás, a 60 km do DF, e não sabia quando seria o momento da alta da maternidade. Confessou que o marido, Ronaldo de Lima, também estava assustado com a chegada do bebê. “Ele está desempregado, mas vai dar tudo certo”.

Quando *Radis* esteve no hospital, no início de outubro, Luciane não tinha conseguido produzir leite. Ordenhava vez por outra 10 ml e mantinha o sonho de amamentar o filho. Ruan Miguel recebia o leite doado em um copinho. “Peço a Deus que abençoe a cada mãe que tira leite e que está dando para meu filho. As meninas do banco são uns anjos. Elas dão atenção redobrada. Sem a ajuda delas não dá para ficar aqui não. Elas me ensinam, têm muita calma”, falou.

suas peculiaridades”, disse à *Radis*. Hoje é coordenador do Programa Iberoamericano de BLH e da Rede Global de Bancos de Leite Humano. Em 2020, Aprígio recebeu o Prêmio Dr. Lee Jong Wook, concedido anualmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a indivíduos ou instituições que contribuíram com importantes avanços para a saúde pública.

O Grupo Técnico de BLHs formalizou, em 1984, o início do processo de institucionalização de experiências até então isoladas; e, em 1987, surgiu o primeiro convênio para que o BLH do IFF se tornasse o Centro de Referência Nacional. Os bancos passaram a ser levados para o resto do Brasil.

A cooperação social foi ampliada para outros países. Aos poucos, a rede local se tornou uma rede global. Depois dos municípios brasileiros, atravessou fronteiras e hoje está presente em países da América Latina, do Caribe, da Península Ibérica, da África e do Brics, grupo composto por Rússia, Índia, China e África do Sul, além do Brasil. O trabalho da Rede BLH foi reconhecido como o que mais contribuiu para a redução da mortalidade infantil no mundo na década de 1990 e a rede foi agraciada com o Prêmio Sasakawa de Saúde, em 2001.

POLÍTICA PÚBLICA

Danielle Aparecida da Silva é coordenadora do Centro de Referência Nacional para Bancos de Leite Humano (IFF/Fiocruz), responsável pelas ações estratégicas e a normalização dos procedimentos de toda a rede. Ela falou à *Radis* que o modelo brasileiro difere dos demais por considerar o leite humano como alimento funcional, realizando o processamento e o controle de qualidade baseado na tecnologia de alimentos e visando atender às necessidades específicas de cada receptor.

Ela destacou também a importância de a rBLH desenvolver ações na atenção ao aleitamento materno, apoiando a mulher em fase de lactação. “Os bancos de leite recebem a mulher esclarecendo desde pequenas dúvidas e atendendo intercorrências comuns neste período”, explicou.

Engenheira de alimentos, Danielle ressaltou que o compartilhamento de conhecimento foi e continua sendo o motor para a expansão da rede. Se, antes, para implantar novas unidades os gestores e equipe iam aos municípios para capacitação técnica, atualmente há um sistema de treinamento e certificação online, desenvolvido por profissionais da rBLH.

Antonio Flávio Meirelles, diretor do IFF, observou à *Radis* que a rede é exemplo de uma ação local que pode ser capilarizada para o país e se transformar em uma rede internacional de fortalecimento do aleitamento materno. “É uma ação diplomática do nosso país, rumo a alcançar os objetivos da Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, afirmou.

Dentro dos ODS, a amamentação está vinculada à boa nutrição, à segurança alimentar e à redução de desigualdades e prevê a meta de 70% de aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses. Mariane Curado, nutricionista, coordenadora da rBLH no DF, salienta que, com o trabalho estruturado da rede, o índice no DF chega a 51,1% de aleitamento materno exclusivo. No Brasil, o país opera com déficit estimado, em termos médios, na ordem de 45%. [Leia matéria no site]

DADOS DISPONÍVEIS

Em todos os estados e no Distrito Federal há pelo menos uma unidade de banco de leite. Entre 2000 e 2022, o número passou de 109 para 227, crescendo 108%. A maior parte delas está instalada no Sudeste, com 93 unidades, que corresponde a 36% do total. Já o Nordeste, com 53, responde por quase 22%; o Centro-Oeste, com 27 unidades (18%); o Sul, com 38 (17%); e o Norte, com 16 (6%). Há, ainda, 242 postos de coleta (PCL) integrados à rede.

Em 22 anos, a doação de 3 milhões de mulheres resultou em 3,5 milhões de litros coletados e beneficiou 3,4 milhões de recém-nascidos. Cerca de 38 milhões de mulheres foram acolhidas e orientadas. Pelas salas de apoio à amamentação, 37 milhões de mulheres foram acolhidas e orientadas. Todos os dados estão disponíveis no site da rBLH. Em 2006, um sistema criado em parceria com o DataSUS informatizou todo o processo e passou a agregar vários indicadores por cidade e região.

O controle do processamento do leite, que antes era manual, também foi informatizado. “Tudo era anotado no que carinhosamente a gente chamava de ‘livrão’. Qual leite que chegou, qual seria processado, qual o volume e suas características”, lembrou Danielle. Ao lado do seu nome, as doadoras escrevem no potinho a data e a hora da primeira coleta. “Vez por outra, a gente recebe recadinhos carinhosos”, disse Danielle, mostrando um pote onde estava escrito “Doado com amor”.

Um pote pode parecer pouco, mas não é. Para a rBLH, qualquer volume importa. Isso porque um pote de 200 ml de leite doado pode alimentar até 10 bebês prematuros ou de baixo peso.

INOVAÇÃO DE PONTA

O desenvolvimento de tecnologias e a inovação marcam a história da Rede BLH brasileira. Franz Novak foi o responsável

Um pote de 200 ml de
LEITE DOADO
pode alimentar até
10 BEBÊS
prematuros ou
de baixo peso

técnico pelo Laboratório de Controle de Qualidade do BLH e do Centro Nacional de Referência para BLH. “Começamos do zero absoluto”, disse no seminário de 80 anos do IFF, realizado no Rio de Janeiro, no início de outubro. “O BLH une duas partes que nunca deveriam estar separadas, uma vez que se completam em suas atividades. É o BLH que pratica, promove e protege o aleitamento materno”, afirmou.

Franz contou que se orgulha de diversas soluções tecnológicas criativas que impulsionaram a consolidação da política. Entre elas, destacou a padronização da pasteurização do Leite Humano Ordenhado (LHO) e o controle de qualidade, com metodologias simples, baratas e eficazes, entre tantas outras que foram concebidas pela equipe ao longo da história da rede.

Em outubro de 2023, foi firmado um acordo de cooperação entre o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e o Instituto de Laticínios Cândido Tostes (ILCT) para o desenvolvimento de

EDUARDO DE OLIVEIRA

Os bancos de leite humano desenvolvem ações de coleta, pasteurização e distribuição de leite humano, com qualidade certificada





EDUARDO DE OLIVEIRA

João Aprígio aponta que um diferencial da rede foi trazer a mulher para o centro da cena do BLH

tecnologias que aproveitem ao máximo o potencial nutritivo do leite materno doado. Além disso, foi lançado um curso de especialização em aleitamento materno para o SUS e para a Rede de Bancos de Leite Humano da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (rBLH – CPLP). Na prática, o Brasil transfere os princípios da sua tecnologia e ajuda os países a adaptá-los à realidade local, numa agenda que envolve Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Saúde e a Fiocruz.

LEITE HUMANO NÃO É MERCADORIA

O leite humano é bom para a saúde da mãe e do bebê e não sobrecarrega o sistema de atenção à saúde pública. O alimento é doado e coletado de forma gratuita. Miriam Santos, coordenadora do Centro Oeste da rBLH e vice-presidente da Comissão Nacional de Bancos de Leite, entende que a doação de leite materno é o primeiro ato de solidariedade que as mulheres ensinam para os seus filhos.

“Se virar mercadoria, como ocorre em alguns países, como vai ficar a alimentação do filho dessa mulher? O que existia no modelo anterior gerava uma angústia muito grande porque às vezes a mulher deixava de amamentar para poder ir ao banco encher vários potes e pegar a cesta de alimentos em troca”, lembrou, fazendo referência ao modelo de BLH que perdurou entre 1943 e 1984.

A pediatra Marlene Roque Assumpção sabe bem do que Miriam está falando. Como residente, ela viu a transformação do antigo modelo destinado a atender casos especiais para a política pública reconhecida internacionalmente. Marlene chegou ao BLH do IFF em 1977. Na época, as unidades eram comparadas a leiterias humanas por estabelecer uma relação comercial de compra e venda de um alimento que tinha propriedades farmacológicas.

“O leite era doado em troca de um pecúlio”, lembrou no seminário que comemorou os 80 anos do BLH do IFF. As doadoras, em sua maioria, eram mulheres pobres que viam na doação do leite uma forma de sustento. Além disso, a maior parte das doações eram destinadas para receptores externos.

Marlene contou que as mulheres com melhores condições pagavam “alguma coisa” pelo leite doado e o dinheiro era revertido na compra de enxovais e bolsas de alimentos dirigidas às mães mais pobres. “Quanto maior a coleta, maior era a recompensa, o que algumas vezes gerava briga e comentários entre as doadoras. Algumas eram acusadas de misturar água para aumentar o volume”, disse a pediatra à *Radis*.

O leite era distribuído preferencialmente na forma de produto cru, sem receber qualquer tipo de tratamento. “O máximo que a gente fazia era colocar na geladeira, nem freezer era”, frisou a pediatra. Hoje, o leite humano é pasteurizado e congelado, para evitar o perigo de contaminação, e distribuído com qualidade certificada.

RAQUEL, MÃE DE BEATRIZ, 11 DIAS

Raquel Gitirana Torquato dos Santos chegou ao BLH do HRT, em Brasília, sem marcar hora. Trazia a filha Beatriz de 11 dias nos braços e procurou ajuda para tentar resolver uma intercorrência na amamentação. “Ela fica pegando o peito. Falaram que as meninas [do BLH] são bem acolhedoras e poderiam me ajudar para ver se a gente consegue reverter essa situação”.

A família conheceu o serviço do BLH no hospital particular em que Beatriz nasceu. Antes da gravidez, Gabriel, pai de Beatriz, contou que pouco conhecia sobre amamentação e doação de leite humano. “Quando descobrimos a gravidez, começamos a pesquisar. A gente já sabia que ia ser um momento que poderia ser difícil e que eu precisaria dar um suporte para minha esposa e para minha filha”, afirmou.



EDUARDO DE OLIVEIRA

Na mudança para esse novo BLH, o leite passa a ser entendido como alimento completo. Um “alimento remédio” e um “alimento vida”, como disse Marlene. “Não existe outro alimento padrão ouro para o bebê”, constatou. Não à toa, a médica afirmou que o mês que simboliza a campanha de incentivo à amamentação é o Agosto Dourado.

A sensibilização à doação ocorre também em 19 de maio, na comemoração do Dia Nacional de Doação de Leite Humano. “Além das inúmeras propriedades que possui, o leite humano é o único alimento que não distingue classe, etnia, religião ou origem. Ele vem de uma mãe que doa, mãe que tem excedente, mãe que quer ajudar outras mães e crianças. É um leite universal”, observou a pediatra.

Para Cecy Dunshee de Abranches, médica do IFF, psiquiatra da infância e adolescência e terapeuta de família, a amamentação é uma “alimentação afetiva” e a primeira grande relação pós-parto. Com a filha na creche do IFF, a médica disse que amamentou e doou leite. “O que sobrava doava para o BLH”, lembrou.

O maior contato entre mãe e bebê é um aliado no estímulo ao aleitamento materno. Na pandemia, com as mães em casa e mais livres para alimentar os bebês em livre demanda, houve doação excedente de leite humano para a rBLH.

TUDO PELA AMAMENTAÇÃO

Simone Saldvia é técnica de nutrição e trabalha com consultoria de amamentação e no controle de qualidade do BLH do Hospital de Clínicas, de Porto Alegre. Ela contou à *Radis* que a equipe do BLH atua nas áreas de internação obstétrica e pediátrica, mas o leite coletado é utilizado preferencialmente pelos bebês internados na UTI neonatal. Em 2022, foram feitos 14 mil atendimentos individuais e cerca de 13 mil doadoras alimentaram mais de 10 mil bebês.

“Quando as mães vão embora, é nítido o sentimento de gratidão que elas transferem a nós pelo trabalho, por termos proporcionado a manutenção da lactação no período de internação, que é um grande desafio”, disse. Simone revelou que muitas pessoas ainda desconhecem que o BLH é uma casa de apoio à amamentação e que também presta consultoria gratuita às mães com bebês saudáveis com dificuldade em amamentar.

Formada há 20 anos, a nutricionista Juliana Neri Ferreira trabalha no BLH do Hospital Regional de Sobradinho (HRS), no DF. Ela disse à *Radis* que “universo se abriu” quando entrou no BLH. “O BLH aborda a área da clínica, assistência, higiene e tecnologia de alimentos. São várias áreas da nutrição em um lugar só”, afirmou.

Quem vivencia as histórias das mulheres com a amamentação e a evolução das crianças se torna um promotor da prática, ressaltou Juliana. “A gente precisa também empoderar a mulher. É um trabalho de formiguinha”.

Há dez anos trabalhando no HRS, a enfermeira Josele Gonçalves lamenta que ainda exista uma cultura contra a amamentação. “A gente rema contra a maré o tempo todo. Além da indústria, que é muito forte, tem a propaganda e a influência da família. As pessoas compram a fórmula ou a mamadeira de bico e acham que isso é o correto”, relatou.

Para ela, amamentar não é um ato isolado e é importante



EDUARDO DE OLIVEIRA

VITÓRIA, MÃE DE AYLLA SOPHIA, 10 DIAS

Vitória Silva os Santos ainda não tinha registrado Aylla Sophia, que nasceu com 32 semanas e 1kg e 690 gramas. Vitória teve descolamento da placenta. A neném já mama no peito e os momentos mais duros ficaram um pouco para trás. “A pior parte foi vê-la nos equipamentos e não poder pegar”, disse à *Radis*. O suporte foi necessário para manter Aylla estável enquanto estava na UTI do HRT.

Nos dez primeiros dias de vida, Aylla recebeu o leite do BHL. Quando Vitória conversou com *Radis*, no início de outubro, Vitória já tinha a expectativa de alta em cinco dias. A mãe foi orientada na maternidade sobre como deveria estimular a mama para alimentar a filha e tirar o leite. “Minha expectativa de vida é dar um bom estudo para ela”, observou.

conscientizar a rede de apoio da puérpera. “É um trabalho conjunto: a doação é resultado de todo um trabalho realizado com a amamentação”, reforçou, ao dizer que tem orgulho em ajudar as mães. “Vejo mães que entram chorando e saem sorrindo. Isso motiva a gente todos os dias”.

CADA POTE FAZ DIFERENÇA

Isília Aparecida Silva, professora do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), ressaltou que “as mulheres estão praticamente sozinhas com seu potencial de produção de leite e precisam ser apoiadas”. Segundo a médica, a doação de leite não pode ser centrada na mulher

potencialmente doadora e deve envolver toda a sociedade.

Já Sônia Venâncio, coordenadora de Saúde da Criança e do Adolescente do Ministério da Saúde, salientou que é preciso fortalecer a articulação em rede. “Se a gente tiver uma articulação da atenção primária com as maternidades e com os bancos de leite, é possível potencializar todo esse esforço”, observou.

Renara Guedes Araújo, assessora técnica para as ações de aleitamento materno da Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente do Ministério da Saúde, afirmou que a rBLH deveria estar presente em todos os locais do país. “Para que a gente chegue a isso, é preciso sensibilizar as famílias sobre a importância da amamentação e da doação de leite humano para que, quem amamenta, doe o excedente”, afirmou.

Ela é mãe de quatro e o caçula Mateus nasceu com 37 semanas, com uma disfunção respiratória transitória. Renara doou leite anteriormente e achou que a amamentação de Mateus seria tranquila. Não foi. “Um dia tive que tirar 2 ml de leite e não saía nada”, lembrou à *Radis*. Na UTI, Mateus recebeu o leite do BLH. Depois em casa, ficou em aleitamento exclusivo e a mãe se fez doadora. “Percebi o quanto cada ml faz diferença para a recuperação de um recém-nascido internado”, relembrou.



DIFERENTES TIPOS DE LEITE

O tipo e a quantidade de leite materno produzido pelo corpo da mulher são ideais e adequados para cada fase de vida do bebê. “Nenhuma fórmula industrializada consegue repetir as propriedades do leite humano”, disse a nutricionista Mariane Curado, coordenadora da rBLH no DF.

A necessidade de alimento varia à medida que o bebê cresce e é alterada na prematuridade. A primeira fase do leite é o colostro e, em caso de bebê a termo [que nasce entre 37 e 42 semanas], dura em torno de 7 a 10 dias. Na prematuridade, que ocorre antes de 37 semanas, essa característica pode se estender até 30 dias. “Esse leite tem maior teor de imunoglobulina e de substâncias de defesas importantes para o bebê”, salienta.

Segundo ela, no Brasil, o leite doado é pasteurizado e analisado separadamente, sendo ajustado às necessidades e ao estado clínico do bebê que vai recebê-lo. Ela garante que esse processo permite maior rastreabilidade de cada produto. “Sabemos quem é a doadora de cada pote, o dia que foi feita a coleta, o dia que o filho nasceu e muito mais. Se eu misturar tudo, eu perco esse controle”, falou à *Radis*



EDUARDO DE OLIVEIRA

MARINEZ, MÃE DE GIULIA, 2 DIAS

Marinez Nunes Souza alimentava a pequena Giulia, nascida há dois dias, no Alojamento Conjunto do HRS, em Brasília. Junto com Giulia, cinco outros bebês a termo, nascidos entre entre 37 e 42 semanas, esperavam a alta hospitalar. Ali, as mães foram orientadas sobre como aleitar os bebês. Sem conseguir extrair seu leite, Marinez ouvia atenta as explicações da lactarista. “Eu não teria conseguido fazer isso sozinha. Desde ontem que estou na luta. Agora ela está fazendo movimento”, apontou.

No início, Giulia recebeu leite do BLH e aos poucos foi se ajustando ao seio da mãe. “A gente não deseja, mas é muito bom ter leite doado quando precisa”. Marinez disse que, se tiver leite suficiente, por que não doar? Felipe, pai de Giulia, acompanhava com atenção as instruções. Ele conhecia o BLH por meio de campanhas e teve uma aula prática acompanhando mãe e filha. À *Radis*, ele garantiu que iria apoiar a mulher quando já estiverem em casa.

Para doar, ligue

0800 026 8877

ou procure o banco de leite humano mais próximo.

MULHERES SÃO PROTAGONISTAS

Moradora da Zona Norte do Rio de Janeiro, Beatriz Albino conheceu o Banco de Leite quando cursava Medicina e fazia estágio curricular na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela era uma das futuras mães que participava do encontro do grupo educativo de aleitamento materno realizado pelo BLH do IFF, no dia em que a reportagem de *Radis* esteve presente.

A roda de conversa aconteceu em uma sala do BLH. Maria Odete Queiroz, residente de Enfermagem em Bancos de Leite Humano, conversava sobre a importância do aleitamento para a saúde do bebê com mães, pais e familiares. De forma prática, ela mostrou a posição correta para amamentar, como o bebê deve sugar o leite e que problemas podem atrapalhar o aleitamento, entre outras informações.

A roda de conversa acontece duas vezes por semana. Bonecas de pano e mamas cobaias de diferentes formas e tamanhos são utilizadas para o treino de técnicas e a prática da amamentação. Beatriz foi ao encontro junto com o marido, Lucas Silva, e saiu de lá mais segura. “A gravidez é um preparo, né? Não é só a questão do físico. Há também o preparo psicológico para viver esse momento”, declarou.

Lucas disse à *Radis* que estava mais preparado para receber a filha Dandara. “Eu sempre fui muito cru sobre as questões da maternidade. Faço questão de conhecer, interagir e me inteirar, até porque quando a criança nascer a gente não fica totalmente perdido”, afirmou. O novo, segundo ele, incluiu a descoberta da importância do apoio e da doação de leite humano. “Vou me colocar ao lado dela e estou procurando buscar o conhecimento para dar o apoio que ela vai precisar”.

Fernanda Heloíse Côrtes estava na reta final da gestação de Luiza quando participou da roda de conversa. Fernanda é bióloga e trabalha na Fiocruz. “Eu fui amamentada com o leite de outra mulher na maternidade”, disse à *Radis*, citando o aleitamento cruzado. Em 1985, o banco de leite já existia, mas não na maternidade em que nasceu, em Petrópolis (RJ). “Alegaram que a minha mãe não tinha muita produção, eu chorava muito”, contou. Ela sabe que o bebê alimentado com leite materno recebe anticorpos e fica mais bem nutrido.

Desde 2016, o aleitamento cruzado é contraindicado pelo Ministério da Saúde devido ao risco de transmissão vertical do HIV pela amamentação e de doenças como hepatites, mononucleose, HTLVs (vírus da mesma família do HIV) e citomegalovírus (da família do vírus herpes). Ainda, existe a possibilidade de ocorrer uma janela imunológica em que mães infectadas apresentam exames normais, expondo o bebê ao risco.

Fabiana Oliveira conhecia o serviço oferecido pelo BLH por ter feito o pré-natal no IFF e pela informação recebida em unidades de saúde. O encontro no instituto deu a segurança

que faltava para receber a sua primeira filha. “Eu estava preocupada em não saber posicionar corretamente a criança e ela engasgar”, observou. A atenção que recebeu vai continuar no pós-parto. “A gente pode entrar em contato com a equipe se tiver problema e também diretamente no posto de saúde próximo à minha residência”.

Suas clientes atendidas no salão de beleza que mantém em casa farão parte da rede de cuidados para apoiá-la no puerpério. “Perdi minha mãe em fevereiro [de 2023] e descobri que estava grávida em março. A Ellen Vitória já tem mais avós do que tias”, brincou. 

■ [Leia mais no site](#)



Beatriz ganhou mais segurança depois de participar da roda de conversa de aleitamento materno no BLH do IFF.



AGROECOLOGIA PARA CUIDAR DO PLANETA

12º CBA destaca que agroecologia é alternativa viável para enfrentar as mudanças climáticas e garantir comida saudável para toda a população

Cores e bandeiras da agroecologia: o 12º CBA ocorreu na região dos Arcos da Lapa, no centro do Rio, em novembro de 2023.



FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

LISEANE MOROSINI E LUIZ FELIPE STEVANIM

A terra e o quintal foram as referências utilizadas pelo ambientalista Ailton Krenak para falar de justiça ambiental no encerramento do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA). Com o lema “Agroecologia na boca do povo”, o encontro — organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) — reuniu participantes vindos de todo o Brasil para pensar alternativas que garantam comida saudável para toda a população e promovam uma agricultura capaz de respeitar e cuidar do planeta.

“A agroecologia tinha que acontecer numa escala planetária”, afirmou o escritor e filósofo recém-eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL), em entrevista coletiva com a participação de *Radis*. “A gente não pode continuar comendo a Terra”, completou, chamando atenção para os impactos ambientais e sociais das queimadas recentes no Pantanal mato-grossense e da seca na Amazônia.

Krenak reforçou a necessidade de participação dos povos originários, populações quilombolas e outras comunidades tradicionais na construção de políticas públicas. Para ele, o governo brasileiro tem uma dívida com essas populações. “Toda vez que há alguma tragédia, elas são o alvo da caridade”, lembrou. Mas ações assistencialistas pontuais não são suficientes, na visão do líder indígena. “Política pública tem que ser entregar terra para o povo fazer floresta”, afirmou, em uma fala potente na plenária de encerramento do 12º CBA, na Fundação Progresso, no bairro da Lapa, no Centro do Rio.

A participação popular em um governo democrático e o respeito aos povos originários e populações tradicionais estiveram presentes na fala de Krenak e no encontro que começou no Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e foi encerrado com um cortejo, em 23 de novembro. Toda a construção do congresso foi feita de forma coletiva e destacou o protagonismo da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais em produzir alimentos saudáveis e cuidar da natureza.

AGROECOLOGIA NA BOCA DO POVO



A participação popular e a valorização dos saberes de comunidades e povos tradicionais foram temas discutidos no encontro.

NA BOCA DO POVO

Você sabe o que é agroecologia? Sabia que ela está mais presente na sua vida do que você pode imaginar? E mais: que ela é capaz de unir pessoas, crenças e saberes dos mais diversos em um único propósito: cuidar da Mãe Terra?

As discussões propostas pelo 12º CBA buscaram aproximar esse tema do cotidiano da população, mostrando que saberes e experiências agroecológicas já são praticados historicamente por populações tradicionais, como povos indígenas e quilombolas, e por agricultores familiares. O encontro também chamou atenção para o fato de que é possível produzir alimentos para toda a humanidade, reduzir desperdícios, reparar injustiças e ainda garantir que todas as pessoas possam desfrutar do direito à comida.

Como destaca o tema central do CBA, a agroecologia está no campo e nas cidades. Nos assentamentos rurais e nas favelas. Nas feiras e nas universidades. Na luta pelo feminismo e na juventude. E necessita de políticas públicas para se fortalecer como uma alternativa viável de promoção de saúde e de soberania alimentar.

NAS RUAS E NAS MESAS

Não faltaram também protestos contra o desmatamento, o avanço do agronegócio, a degradação dos recursos naturais e o Projeto de Lei (PL) 1.459/2022, o PL do Veneno. Ao mesmo tempo em que o Congresso acontecia no Rio de Janeiro, a Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou regime de urgência, em 22/11, para a votação desse projeto, que afrouxa o controle sobre a produção e a comercialização de agrotóxicos no Brasil.

“Ninguém quer comer alimento com veneno. Precisamos pensar o quanto a população tem adoecido muito mais cedo pelo envenenamento”, afirmou a deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG), que integra a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

Célia ressaltou que só existe produção de comida de qualidade se existir agroecologia. Segundo ela, é preciso pensar também o tema da descolonização da alimentação e compreender que todos os biomas produzem alimentos de qualidade. “Alimentação para mim é saúde. Saúde não é doença. A nossa luta é principalmente para não adoecer”, disse à *Radis*.

De forma descentralizada, a agenda do 12º CBA contemplou conferências, rodas de conversas e apresentações de trabalhos científicos. Também envolveu a organização do Terreiro de Inovações Camponesas, com tecnologias sociais desenvolvidas pelos próprios agricultores, o Festival de Cinema Agroecológico e a Feira da Biodiversidade, com produtores de todo o Brasil, além de apresentações culturais e místicas de povos indígenas.

O encontro contou ainda com duas iniciativas de produção de alimentos: a Cozinha das Tradições, espaço que buscava valorizar as culturas alimentares dos povos originários, quilombolas, caiçaras e de terreiro; e a Cozinha da Reforma Agrária, que recebeu a doação de 20 toneladas de alimentos produzidos pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e distribuídos pela Ação Contra a Fome para a população em situação de rua do Centro do Rio.

NAS POLÍTICAS

“Precisamos de um sistema agroalimentar fundado na agroecologia para enfrentar as injustiças climáticas

e superar as enormes desigualdades sociais do nosso país”, afirmou André Burigo, o Deco, assessor da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz, uma das instituições apoiadoras do congresso.

Segundo ele, a agroecologia é fundamental para a superação da mazela da fome e a garantia do direito humano à alimentação adequada, para todas as pessoas. “O agronegócio representa a concentração de riquezas, terra e poder”, destacou à *Radis*. Para André, é preciso desenvolver uma nova geração de políticas públicas capazes de transformar as realidades sociais. “A agroecologia é a força para tudo isso”.

No CBA, representantes do governo federal anunciaram a retomada de políticas públicas para a agroecologia, como o programa Ecoforte, instituído em 2013, e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), composta por 444 representantes de governo e sociedade civil. Esse colegiado tem como objetivo promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento do Plano e da Política de Agroecologia.

NO RESPEITO E NO DIÁLOGO

Um padre, uma indígena e uma candomblecista — em um gesto simbólico de respeito interreligioso, essas três lideranças participaram da bênção das sementes crioulas, em uma das atividades propostas pelo 12º CBA. Segundo o Padre Josafá Castro de Siqueira, vigário episcopal da



Agroecologia é arte: o encontro foi palco de diferentes manifestações culturais populares.

Arquidiocese do Rio de Janeiro para as questões de meio ambiente e sustentabilidade, é preciso ampliar a reflexão sobre outras formas de desenvolvimento, que valorizem a cultura e os saberes de povos tradicionais. “Temos muito o que aprender”, resumiu.

Em conversa com a *Radis*, o padre citou a encíclica *Laudato Si*, conhecida também como Encíclica Verde, escrita pelo Papa Francisco, em 2015, na qual o pontífice chama atenção para o cuidado com o meio ambiente e para as mudanças climáticas, além de criticar o consumismo e a degradação ambiental.

Nas palavras de Verônica de Odé, integrante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), o ato simbólico da bênção das sementes perpetua os ensinamentos de seus ancestrais. “Eles lutaram para que a natureza não fosse agredida e destruída. Apesar de hoje nós nos encontrarmos numa situação difícil, nós continuamos lutando, porque orixá é ar, orixá é terra, orixá é árvore”, afirmou à *Radis*.

NO CAMPO E NA CIDADE

“A cidade também planta”. A frase de Luísa Muchu, integrante do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e da Rede de Agroecologia da UFRJ, lembra que agricultura urbana é um dos temas principais para pensar a agroecologia no cotidiano das cidades. “Não tem como falar de soberania alimentar e agroecologia sem falar de agricultura urbana”, observou.



A agenda do 12º CBA contemplou conferências, rodas de conversas e apresentações de trabalhos científicos.

Segundo Luísa, essa é uma prática presente em diferentes espaços, como remanescentes de florestas, terrenos baldios, hortas comunitárias, quintais, lajes e favelas. Há também grupos diversos que praticam a compostagem como modo de aproveitamento de recursos, gerando vivências sustentáveis na cidade.

“Nossos desafios são a especulação imobiliária que vai imprensando os espaços de plantio e também a necessidade de diálogo com a sociedade para compreender que esta é uma prática fundamental para a gente conseguir se manter e combater a fome”, explicou.

Para Daniela Adil, do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o interesse em torno desse tema tem crescido. “Observamos o aumento da fome no Brasil e ela está concentrada nos espaços urbanos. A fome tem um recorte de raça e gênero e a agricultura urbana começa a ser percebida como uma prática presente nas cidades brasileiras”, observou.

Para além da produção de alimentos, a agricultura urbana ajuda a pensar na crise que as cidades enfrentam, destacou Daniela. “Essa é uma via para as pessoas se engajarem a partir da solução de um problema, como a fome, e buscarem incidir politicamente para levar a sociedade a rever de onde vem os nossos alimentos e de como os sistemas alimentares são organizados”, pontuou. Ela lembrou ainda que a agricultura é um caminho para reconectar a população urbana com quem produz os alimentos.

NAS FAVELAS E NOS QUILOMBOS

Uma agroecologia construída no chão dos territórios, nos quilombos e nas aldeias. Essa é a mensagem trazida por Fran Paula, quilombola do Mato Grosso do Sul e coordenadora do GT Povos e Comunidades Tradicionais, Ancestralidade e Etnicidade da ABA. Para ela, as comunidades e povos tradicionais já praticavam agroecologia há

muitas gerações, ainda que não dessem este nome às suas práticas: “Sistemas alimentares saudáveis fazem parte das práticas agrícolas dos povos e comunidades tradicionais”, disse à *Radis*.

Do quilombo às favelas, a agroecologia também pode ser um caminho para enfrentar a fome e a insegurança alimentar. Essa é a visão de Richarlls Martins, coordenador executivo do Plano de Saúde Integral nas Favelas do Rio de Janeiro, que lembrou que a favela já entendeu que saúde e agroecologia têm tudo a ver.

“As favelas contribuem ativamente para a construção agroecológica, seja por meio das hortas comunitárias, das cozinhas comunitárias e da necessidade de reflorestamento, ampliando a participação social em uma agenda de saúde integrada na qual a população demanda os seus direitos e constrói efetivamente uma política de saúde”, pontuou o pesquisador da Fiocruz, consultor do Fundo de População das Nações (UNFPA) no Brasil e coordenador-geral da Rede Brasileira de População e Desenvolvimento (REBRAPD).

Pela primeira vez, as atividades autogestionadas do CBA ocorreram em Barracões de Saberes e mostraram a extensa pauta contemplada pelo movimento agroecológico. Houve uma articulação das lutas feministas, indígenas, antirracistas e das juventudes com a agenda de democratização dos sistemas agroalimentares.

O CBA é mais do que um evento científico. É um encontro de expressões artísticas, culturas, modos de vida, ideias e experiências, em defesa de uma agenda que não é apenas uma utopia, mas que deve ser viável para toda a população — e estar “na boca do povo”, como propôs o tema do encontro. Assim também destacou a Carta Política aprovada na plenária final, ao ressaltar que campo e cidade devem juntos buscar outro modelo de desenvolvimento.

■ Acompanhe a cobertura completa de *Radis* sobre esse tema no site, nas redes sociais e nas próximas edições da revista.



“Agroecologia na boca do povo”: é preciso mostrar para a sociedade que a agroecologia está em todos os espaços.



QUEM PLANTA SAÚDE

As mulheres que constroem a agroecologia no chão de seu território não só ensinam seus filhos a plantar e a colher alimentos sem agrotóxicos. Fazem muito mais. Por isso, a frase “Sem feminismo não há agroecologia” ecoou nos muitos espaços onde aconteciam as atividades do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado no Rio de Janeiro, de 20 a 23 de novembro de 2023.

São as mulheres que também estão na linha de frente para construir alternativas ao agronegócio e coibir o desmatamento. “Nós fazemos esse combate o tempo inteiro”, disse à *Radis* Ajurimar Bentes de Oliveira, integrante do Fórum Popular da Natureza e da organização Teia dos Povos, ao ressaltar o direito de permanecer e viver em seu território.

Os olhos de Ajurimar acompanham de perto as mudanças que têm ocorrido na terra por conta das alterações climáticas e ela sabe que boa parte da natureza já está envenenada pelo agronegócio. “Fora as pessoas que estão doentes pelo envenenamento dos rios, das fontes, dos mares, das nascentes, de onde o povo tira seus alimentos”, disse. Como Ajurimar, camponeses e camponesas, empreendedores e povos de comunidades tradicionais que participaram da Feira Nacional de Sabores e Saberes da Agroecologia e Economia Solidária também chamaram atenção para o protagonismo das lutas populares em defesa da terra e do meio ambiente.

A Feira foi instalada no Passeio Público, região central do Rio, e expressou toda a potência do movimento

agroecológico. Nela, foram expostas mais de três toneladas de alimentos dos assentamentos e acampamentos do Movimento Sem Terra (MST), como amostra e comercialização de uma produção diversificada e totalmente limpa, cultivada sem o uso de veneno ou produtos químicos e que cresce no ritmo da natureza.

Frutas, hortaliças, legumes, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), ervas, chás, sementes nativas e artesanato eram vendidos nas barraquinhas ocupadas por 270 agricultores familiares, indígenas, quilombolas e outros produtores. Além de gerar renda, os participantes vivenciaram intensa troca cultural, fortalecendo tradições alimentares e trazendo novidades.

A empreendedora Rosa Maria Ferreira veio de Paulista (PE) para vender produtos de limpeza. Na barraquinha, explicava a importância de preservar sem poluir. Ela era mais uma voz a se levantar contra a destruição da natureza. Mas isso tem mesmo a ver com agroecologia? “Tudo a ver”, explicou. “Com o sabão jogado no chão não se consegue plantar. Ele mata os peixes, as plantas, destrói tudo. Um litro de óleo polui 26 mil litros de água. Como vai ter água [limpa] para aguar a planta?”, indagou. Além de não jogar o óleo na pia, a produtora, que comercializa seus produtos por via direta e por seu perfil no Instagram (@casa_do_sabao_ecologico), também recomenda que seja feita a coleta seletiva dos resíduos. “Isso ajuda o meio ambiente e a você também”.

TERRA

PLANTAR NAS CIDADES

A cidade também planta e alimenta, apesar das violências, ameaças, disputas e expulsões vividas nos territórios urbanos, principalmente pela especulação imobiliária. As práticas agrícolas feitas nos centros urbanos, nos morros, nas favelas e nas periferias ganharam destaque em um dos Barracões de Saberes, espaço que promoveu atividades autogestionadas, tais como rodas de conversa, troca de experiências, debates e apresentações.

Para Erika Segae, coordenadora de Projetos do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), organização sediada em Florianópolis (SC), a agricultura urbana (AU) é um vetor importante para combater a fome e a insegurança alimentar e também produz saúde. Ela explicou à *Radis* que a agricultura urbana pensa a saúde de forma mais integral. Como exemplo, ela citou um trabalho de autoconsumo realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e que promove bem-estar e qualidade nas relações psicossociais. “Cultivar traz importantes repercussões na saúde”, afirmou.

Jeilza Correa dos Santos, integrante da Rede Sergipana de Agroecologia pelo Movimento de Trabalhadores Urbanos de Sergipe (Motu), afirmou que o campo e a cidade se aproximam na produção de alimentos. Para ela, a reforma urbana, com a regularização fundiária e a ocupação de espaços que cumpram com a função social, é um caminho para ajudar o Brasil a sair do Mapa da Fome. “A cidade precisa saber de onde vêm os alimentos. Não adianta querer levar saúde e sustentabilidade ao planeta, se as pessoas não estão comendo e não sabem diferenciar um produto convencional de um agroecológico”, observou.

DIVERSIDADE DE VOZES

A agricultora Jane Santos, quilombola do município de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira (SP), reforça que a agroecologia caminha junto com os saberes dos povos tradicionais. “Agroecologia é um tema que nós estamos escutando muito de uns tempos pra cá. Quando a gente era criança, a gente não sabia, mas já era praticada pelos nossos avós”.

“Nosso papel é cuidar da natureza, da água que vamos beber, educar as crianças na tradição quilombola, do jeito que ‘nós’ se criou, trabalhando na terra”. Com a agroecologia, ela observou que seu povo aprendeu também a gerar renda. Jane integra a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (Rama) e conta que, no Quilombo Terra Seca, a união entre as mulheres é um elo fundamental para o cultivo da terra e o cuidado com a natureza. “No Vale do Ribeira, as mulheres se uniram. Com a agroecologia, o mundo se abriu”, declarou à *Radis*.

No Barracão dos Povos Indígenas, no Passeio Público, lideranças de comunidades indígenas de todas as regiões dialogaram com instituições como Fundação Nacional

do Índio (Funai), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Fiocruz, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), entre outras.

“Agroecologia é a leitura da vivência das comunidades indígenas, centrada na autonomia, no desenvolvimento sustentável e em um modo de viver mais harmônico”, resumiu Lina Apurinã, da Aldeia Camicua do Sul, do Amazonas. Ela trabalha no Ministério dos Povos Indígenas e destaca a importância desse modelo sustentável para a política e a ciência. “É uma pauta importante inclusive para a gestão ambiental e territorial”, salientou. Segundo ela, os territórios indígenas têm seus espaços ameaçados com a invasão de grileiros e a expansão agrícola, o que impacta fortemente em sua condição de vida.



Jane Santos, quilombola: “A agroecologia já era praticada pelos nossos avós”.

RESISTÊNCIA

Lideranças religiosas de diferentes crenças abençoaram as sementes em um gesto simbólico de promoção à diversidade.



SEMENTES DO FUTURO

De diferentes cores e formatos e vindas de todos os cantos do país, as sementes crioulas espalhadas sobre as mesas instaladas no Passeio Público, no Rio de Janeiro, durante a Feira da Agro biodiversidade, lembravam que a agroecologia é diversidade. Aos poucos, 70 guardiãs e guardiões da biodiversidade foram chegando e expondo as suas sementes para troca. Compartilharam conhecimentos e experiências, fortaleceram a rede e mostraram alternativas para a conservação das sementes tradicionais, necessárias para enfrentar o mercado de sementes transgênicas das empresas privadas.

Os participantes celebraram, também, a diversidade de sementes cultivadas em cada bioma e região do Brasil. Na troca, exaltaram a potência das sementes nativas e crioulas, cultivadas sem modificação genética e que são a garantia de futuro para uma alimentação saudável.

Maria Helena Caroba era uma das guardiãs que trouxe o seu banco de sementes para a feira. Assim como a mãe, que armazenava as sementes em recipientes de vidro, ela aprendeu a amá-las. “Minha mãe escolhia a melhor semente para o próximo ano”, lembrou.

Ela afirmou à *Radis* que hoje já não se encontra tanta variedade de sementes. “Estão em extinção. São sementes puras que fazem a diferença”, ressaltou. Ela contou que esse cuidado que aprendeu com a mãe é comum entre as famílias, que vão passando o conhecimento de uma geração para outra. (LM)

CARTA POLÍTICA

A Carta Política do Rio de Janeiro, documento de referência construído por muitas mãos ao longo do 12º CBA, reforça os múltiplos significados da agroecologia e destaca que ela precisa estar “na boca do povo”, especialmente em um país de “desigualdades abissais”. “O campo da agroecologia se vê desafiado a tratar de temáticas sensíveis, produzindo estratégias de enfrentamento à fome, ao racismo, às desigualdades de gênero, à devastação ambiental e às injustiças climáticas. Esse é o papel de uma ciência engajada em movimentos de transformação das estruturas geradoras dessas mazelas”, diz o documento.

O documento reforçou também que “onde há racismo, não há agroecologia” e lembrou que o encontro abordou as várias facetas do racismo estrutural reproduzidas no acesso à terra e ao território. Também destacou o papel da comunicação e da cultura para a promoção de outros olhares e vivências em relação à natureza. E políticas públicas voltadas para a permanência no campo, a agricultura urbana, a participação social, a educação popular e os direitos das mulheres, das populações tradicionais e das pessoas LGBTQIAP+.

QUERO SER CIENTISTA

Uma conversa com a pesquisadora, escritora e mãe, Raquel da Hora, sobre a comunicação da ciência com crianças e jovens

LICIA OLIVEIRA

Uma mãe cientista que resolveu fazer um livro para explicar como funcionam nossas células e o maravilhoso mundo visível apenas ao microscópio. Bióloga, especialista em genética, com mestrado e doutorado pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) e pós-doutorados nas áreas de Genética, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ciências Médicas e Microbiologia e Parasitologia Aplicadas, ambos pela Universidade Federal Fluminense (UFF): o currículo de Raquel da Hora é extenso. Ela se orgulha, em igual medida, de seu trabalho de divulgação científica nas redes sociais, com a página Quero ser cientista, e com a literatura em que busca popularizar a ciência para crianças.

Mãe de Davi e Benjamin, de 8 e 11 anos, ela viu em muitos momentos a vida pessoal atravessar suas pesquisas e vice-versa, como ter feito boa parte de seus estudos no INCA após a perda do pai para o câncer. Ou ter entrado para um dos grupos de pesquisas pioneiros que estudavam as relações entre o zika vírus e a microcefalia em bebês, logo após ter dado à luz ao segundo filho.

Se voltarmos ainda mais no tempo, a pequena Raquel, que cresceu em Bangu, no subúrbio do Rio de Janeiro, um dia afirmou que seria cientista. E hoje busca despertar o interesse de crianças e jovens pela ciência na internet, em sala de aula ou por meio de seu livro *O Maravilhoso Mundo da Célula*. Para se aprofundar mais sobre a melhor forma de fazer isso, ela se tornou aluna da especialização em Divulgação e Popularização da Ciência da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Raquel conversou com *Radis* sobre as diferentes formas de fazer a ciência estar mais próxima do cotidiano de crianças e adolescentes, de maneira inclusiva, interessante e didática.

Como a pequena Raquel cresceu e se tornou cientista?

Sempre fui muito curiosa, muito ‘perguntadeira’ e isso tem a ver um pouco com a história da página Quero ser cientista. Sou bióloga, formada em licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas e depois fiz mestrado e doutorado na divisão de Genética do Instituto Nacional do Câncer (INCA) quando desenvolvi projetos sobre retinoblastoma, um tipo de câncer infantil que acomete os olhos e pode levar à cegueira, se não houver um tratamento urgente. Mas um pouquinho antes disso, durante o meu Ensino Médio, fiz o curso de formação de professores. Cheguei a trabalhar um ano com crianças, na educação infantil. A questão do lúdico na infância é algo que sempre acompanhou a minha carreira. Quanto à genética, quando fui fazer Ciências Biológicas, logo se tornou minha área de interesse porque meu pai foi paciente oncológico e, infelizmente, faleceu. A temática do câncer foi algo que atravessou a minha juventude.

Como surgiu a página Quero ser cientista?

Surgiu da minha lembrança de que, desde criança, eu já falava que queria ser cientista. E de onde veio essa afirmação? Havia o trabalho que hoje é do agente comunitário, de recolher amostras de água parada nos tubinhos para verificar se havia larva do mosquito *Aedes Aegypti*. Sempre fui muito curiosa, gostava de fazer perguntas. O moço que fazia esse trabalho foi me explicando e, entre tantas perguntas, ele falou assim: “Nossa, você tem todo jeito para ser cientista!” E eu perguntei: “O que o cientista faz?” Ai ele respondeu: “Faz perguntas o tempo todo”. E me deu alguns tubinhos, me explicou como fazer a coleta e levei tudo para a escola.

Em que momento você percebeu que o trabalho de divulgação científica seria uma forma de alcançar mais pessoas?

Já nos Estados Unidos para fazer pesquisa, antes da pandemia, me deparei com a notícia sobre um estudo realizado por pesquisadores da COC/Fiocruz em que foram entrevistados uns dois mil jovens e eles desconheciam nomes de cientistas nacionais, mesmo que boa parte deles afirmasse ter interesse na área de ciência. E aquilo me atravessou de uma forma, que pensei: "Poxa, sou cientista e o que eu faço é muito legal. Mas estou falando apenas para os meus pares. Qual vai ser o momento de começar a falar com a sociedade? E como falar?" Aí criei a página com esse nome, não no sentido de convencer que todos se tornem cientistas, mas com o objetivo de popularizar a ciência e mostrar o que um cientista faz. Comecei tirando fotos do que eu fazia e acabei dialogando muito com as mães, porque publicava bastante com os meus filhos. Nesse caso, a cientista é mãe e mulher também. A princípio, o conteúdo era voltado para crianças e jovens. Vários estudos mostram que é na infância que a curiosidade é mais aguçada. E com o tempo isso vai se perdendo. Não é que elas se tornem totalmente desinteressadas, mas muitos estudos apontam que isso acontece muito mais em meninas. Existe uma janela de idade em que elas podem começar a se achar menos capazes para os diferentes tipos de ciências, como tecnologia, matemática e artes. Por isso, acabei direcionando também para um público de meninas na ciência.

E como nasceu O Maravilhoso Mundo da Célula?

Eu sentia falta de um livro sobre a prática do cientista para as crianças. Publiquei O Maravilhoso Mundo da Célula no fim de 2022. O lançamento foi na Flip [Festa Literária Internacional de Paraty] e, em braile, saiu recentemente na Bienal de 2023. Toda a história foi pensada como uma grande brincadeira. Meu filho mais velho é autista com nível 1 de suporte e altas habilidades. E ele também começou a falar que queria ser cientista como a mãe e eu o levei ao laboratório. Esse primeiro livro foi muito

pensando neles também, como se eu estivesse contando para eles como é o meu trabalho. É como se eu quisesse dizer: "Olha o que eu faço, como é legal. Como a célula é incrível e maravilhosa, como a gente usa o microscópio..."

Como surgiu a possibilidade de fazer um livro inclusivo?

A escolha da editora foi bem consciente porque queria que fosse um lugar que tivesse uma proposta inclusiva, para ser publicado em braile, em livro narrado com a opção em Libras e, mais recentemente, com a possibilidade de pictograma para crianças do espectro autista. Fazer o livro em braile é algo que conversa muito comigo por ter trabalhado por quase 20 anos com uma doença que afeta os olhos e pode levar à cegueira. Comecei a pensar como as crianças que conheci lá atrás durante a pesquisa poderiam ter acesso a algum conhecimento que estou publicando.

Como fazer com que esse movimento de popularização da ciência chegue a todas as crianças e jovens?

Quando comecei a fazer a página, me deparei com uma frase da astronauta Sally Ride [primeira mulher estadunidense a viajar para o espaço], que traduzindo é: "A gente não pode ser aquilo que a gente não pode ver". Então, se não tivermos o contato, fica muito difícil. É preciso ter referências para mostrar para crianças e jovens o que o cientista faz e que não somos apenas aqueles que estão no laboratório, já que temos vários tipos de ciências. Quais foram as minhas referências para ser hoje uma cientista? Para as crianças e jovens de agora, temos a incrível doutora Jaqueline Góes [biomédica que coordenou a equipe responsável pelo sequenciamento do genoma do vírus da covid-19]. Inclusive na minha primeira aula como professora da escola rural, resolvi levar o tema das mulheres nas ciências e falei sobre a doutora Jaqueline. É uma referência que impacta bastante. É um trabalho de formiguinha, mas o caminho, ao meu ver, é tentar garantir o acesso e trazer as referências para que eles possam concretizar isso cada vez mais, ou seja, fazer valer a expressão "Ciência para todos".



UM CIGANO NA COP

As discussões sobre o clima que ocorreram em Dubai sob o olhar de um cigano calon mato-grossense

Aluízio de Azevedo*

**A Terra é Minha Pátria, o céu é o meu teto
e a liberdade é a minha religião.**
(Provérbio Cigano)

Pe-la primeira vez na história, o estado de Mato Grosso, por meio do Comitê Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MT), órgão vinculado à Secretaria de Trabalho, Ação Social e Cidadania (SETASC-MT), proporcionou a participação de representantes de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) mato-grossenses na 28ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a COP 28.

Como representante dos povos ciganos — da etnia Calon, de Cuiabá — no órgão, fui convidado a compor a comitiva, que contou também com duas outras lideranças de povos tradicionais: Lidiane Taverny, da comunidade Mata Verdinho, território de retireiras e retireiros do Araguaia, da cidade de Luciara (distante a mais de mil km de Cuiabá); e Laura Ferreira, da comunidade Ribeirão da Mutuca, território quilombola de Mata Cavallo, no município de Nossa Senhora do Livramento (40 km de Cuiabá).

Contraditoriamente, o evento ocorreu, entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023, em Dubai, nos Emirados Árabes, um dos maiores produtores mundiais de petróleo — os combustíveis fósseis são um dos maiores poluidores do clima e contribuem fortemente para não atingir a meta da própria COP21 em limitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5°C até o final do século 21.

Ao longo dos 10 dias que estive na COP 28, me aproximei das duas companheiras que foram representando o CEPCT-MT. O fato de serem marinheiras de primeira viagem na conferência assim como eu, e a ligação na representação do CEPCT-MT, foram fatores que nos uniram nos e colocaram em sintonia.

As impressões e toda a carga política, econômica, social, cultural e ambiental, que trago em primeira pessoa, também nasceram de conversas e diálogos tecidos com Laura e Lidiane. Foram os valores, as tradições e as cosmovisões de nossas comunidades, que são diversas, mas que convergem em um ponto central, pois não separam a natureza e a cultura, que passaram a ecoar nas programações que estivemos na COP 28.

Mais do que nossas próprias vozes, procuramos expressar lutas, demandas e sentidos ambientais e climáticos compreendidos por nossas comunidades, especialmente aquelas vinculadas aos cuidados com a terra, as águas e o meio ambiente. É com base nessas cosmovisões que buscarei aprofundar a análise nesta cobertura especial para *Radis*.

UM PEIXE FORA D'ÁGUA

A primeira sensação que emergiu muito fortemente nos primeiros dias da COP 28 foi a de me sentir “um peixe fora d’água”. Navegamos por águas turvas, quando todo o contexto de desigualdade social e exclusão vivenciado por nós é, na realidade, reflexo de um racismo ambiental flagrante, configurado por uma lógica hegemônica da sociedade capitalista e colonialista, que concebe a natureza como recurso e os povos tradicionais como inferiores, não-humanos e improdutivos.

Uma lógica perversa, evidentemente, mas que quer fazer crer que somos peixes fora d’água, atrasados demais para a modernidade ou para o debate e a gestão ambiental. Essa percepção também foi sentida por Lidiane, Laura e outros ativistas dos povos e comunidades tradicionais brasileiros, como representantes da Confederação Nacional dos Quilombolas (Conaq) ou da Federação de Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt), duas entidades com quem mantive intensos contatos durante o encontro.

No meu caso em específico, um agravante: diferente de quilombolas e indígenas, os povos ciganos não possuem territórios demarcados. Portanto, não poderíamos entrar no rol de negociações de sequestro de carbono, em programas arquitetados por países desenvolvidos como Reino Unido, Dinamarca, Noruega e Alemanha e impostos aos países em desenvolvimento, em que pagam bônus para aqueles que mantêm a floresta em pé, a exemplo do próprio programa REM, que financiou parte das nossas despesas. Um fato: indígenas e quilombolas são mestres na produção biossocial integrada à natureza.



Representantes de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) mato-grossenses com Edle Moraes (ao centro), secretária nacional de PCTs do Ministério do Meio Ambiente

Ao final do evento, a sensação de peixe fora d'água mudou para uma compreensão de que se estados e empresas não reverem urgentemente os impactos ambientais, literalmente toda a humanidade será um peixe fora d'água. A verdade, ainda que os negacionistas refutem ao bel-prazer econômico, é que atualmente a humanidade como um todo está correndo o risco de ficar sem água potável, sem ar puro e fresco e sem alimentos.

O que um cigano faz na COP 28 se não possui território?

Durante os 10 dias que estive em Dubai para a COP 28, várias questões foram surgindo, tanto de cunho social e político, quanto de cunho cultural e econômico, que rasgaram qualquer expectativa ou esperança de que dali pudesse de fato emergir um acordo unívoco em prol do planeta. Mas uma questão martelou o juízo desde o primeiro dia em que participei do evento, em 3 de dezembro, um domingo: o que um cigano faz na COP 28, em que territórios tradicionais e a floresta Amazônica eram duas vedetes principais?

Afinal qual era — ou qual é — o sentido de um cigano, sem nação própria e sem território físico demarcado, participar deste evento que discute o colapso do clima e as injustiças climáticas e ambientais, causadas sobretudo pela exploração e devastação sem fim da natureza por grandes empresários e empresas, especialmente do ramo dos combustíveis fósseis, industriários e produtores rurais, maiores poluidores do clima?

O que poderia fazer ou contribuir diante de um foco centrado totalmente nas negociações entre representantes de governos e empresas e onde os movimentos sociais — excetuando-se os povos indígenas, que conquistaram um certo estrelato no evento, por suas ações históricas em defesa da natureza e o volume de terras que possuem com imensas riquezas naturais — pouco são ouvidos ou têm suas vozes levadas em consideração?

Também durante os dias em que estive em Dubai, o provérbio cigano que abre esse texto não me saiu da cabeça, no intuito de tentar responder o que um cigano fazia na COP28. Outra questão também surgiu: quais impactos ambientais são provocados pelos povos ciganos?

Foi neste cenário de mais dúvidas do que certezas que um aspecto emergiu fortemente: para o Brasil avançar no debate das injustiças climáticas, é necessário urgentemente conhecer e reconhecer a contribuição dos povos e comunidades tradicionais para a conservação do planeta, inclusive dos povos ciganos e seus três troncos étnicos Romani (os Calon, os Rom e os Sinti), tanto para o desenvolvimento econômico, histórico, cultural e social do país, quanto para a conservação da natureza.

O provérbio Romani que nos ensina a pensar que o céu é o meu teto, a terra é a minha pátria e a liberdade minha religião, nos leva para uma compreensão integralista entre seres humanos e o ambiente, ou entre a natureza e a cultura, uma visão que se aproxima muito de outras comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, o provérbio deságua na reexistência dos povos e culturas ciganas e na sua contribuição para os países e sociedades onde vivem.

A TERRA É MINHA PÁTRIA

Sem um território próprio ou uma religião própria, continuamos resistindo como povos e culturas, sem sermos assimilados pelos estados nacionais e a sociedade majoritária onde vivemos, mesmo sofrendo processos de exclusão, perseguição e invisibilidade. Juntos, os Calon, os Rom e os Sinti configuram uma das maiores nações multiculturais e sem pátria do planeta. Estamos em praticamente todos os países. Só no Brasil somos mais de 500 mil pessoas vivendo em todas as unidades da federação.

Na cultura, filosofia e mitologia Calon, os elementos ambientais são sagrados. Nossa cosmovisão respeita e reconhece bichos, plantas, solos, ares, rios e mares como integrantes de nossas vidas, conhecimentos e práticas. Nossos modos de ver e viver diferem totalmente dos valores da sociedade moderna ocidental, que separou a cultura da natureza, para assim poder dominá-la, explorá-la, em prol de riquezas e luxos para uma pequena parcela e a enorme exclusão da maioria. Só para dar um exemplo, a medicina Calon é toda

baseada nas plantas do Cerrado. Se o Cerrado se extingue, extingue junto nossa medicina tradicional. [Veja aqui Vídeo síntese sobre a relação entre a cultura Calon e a natureza que o Instituto Centro de Vida (ICV) publicou sobre a participação de um cigano na COP28.]

Falamos de uma visão integralista, que pensa o planeta uno, em que os ecossistemas estão todos interligados, por meio das correntes de ar, do clima e da temperatura, dos mares e porções de terras, além do interior da terra, incluindo os combustíveis fósseis e as águas subterrâneas, como o Aquífero Guarani, que está abaixo do Cerrado brasileiro e que pouco foi falado na COP 28. Um assunto ausente, mas urgente, pois o Cerrado protege a Floresta Amazônica e as



Calon Aluizio de Azevedo, quilombola Laura Ferreira e a ministra Marina Silva: encontros na COP

águas subterrâneas e mesmo assim a legislação permite em 60% o seu desmatamento.

Nós, ciganos, não devastamos as florestas, não destruímos os rios, os lagos e os mares. Não envenenamos o ar, a terra e o ar para fazer grandes plantações. Nunca iniciamos uma guerra. Sabemos o quanto a mãe Terra é importante para todos nós vivermos, tanto porque nos dá o alimento, quanto nos dá a cura para doenças. Somos parte da natureza e se não pararmos urgentemente de degradá-la, o resultado será terrível e irreversível para toda a humanidade.

DESIGUALDADES EM DUBAI

Para um ativista ambiental, alguém cuja base é a comunidade tradicional cigana, um dos primeiros impactos, ao chegar em Dubai, foi observar a arquitetura e o planejamento da cidade, que ostentam luxo, glamour e riqueza — contrariando todas as expectativas ambientais e naturais, ela foi erigida sobre um deserto.

À primeira vista, parece que a exclusão e as desigualdades sociais não existem em Dubai. Mas a contradição está na própria cidade, uma maravilha da tecnologia e da arquitetura, refletida na mania de grandeza e ostentação, que chama atenção dos olhos dos investidores capitalistas



No Pavilhão do Brasil, evento discute a participação de mulheres negras e indígenas nos debates do clima

e onde tudo é o maior do mundo: do shopping ao edifício. Tudo construído por mão de obra vinda de países como Índia e Paquistão. A cidade tem apenas 11% da população árabe, e quase 90% é composta por estrangeiros, que ocupam os trabalhos mais baixos, sustentando os grandes empresários, em sua maioria árabes.

O “ouro negro” farto no país é comandado pelas mãos de ferro de um sheik árabe e de sua família. O sistema de governo é hereditário e concentrado, passando longe de uma democracia.

Outro impacto foi a multiculturalidade presente e marcante com várias línguas, sotaques e culturas, que eram unidas pelo inglês, falado pela maioria dos moradores de Dubai. As mais de 190 delegações nacionais que participaram das discussões ambientais representavam a nata de suas sociedades e países nas questões ambientais e naturais, sob a supervisão da ONU, reunidas para discutir o futuro do planeta, mas parece que o tema dos direitos humanos ficou um tanto ausente dos debates.

Toda essa modernidade e progresso contrasta com a sentença de prisão para pessoas LGBTQIAPN+. O país ainda mantém leis que ferem frontalmente os direitos humanos, como a repressão severa à comunidade LGBTQIAPN+, que segue marginalizada e excluída, ou o patriarcalismo e machismo, ainda bastante presente, que impede mulheres de acessarem vários direitos. Aliás, o tema das sexualidades divergentes e direitos humanos relacionados às comunidades LGBTQIAPN+ e às mulheres passaram ao largo dos debates da COP 28.

A ONU e as delegações de mais de 190 países fecharam os olhos para as violações aos direitos humanos nos Emirados Árabes e abriram os olhos para a beleza da estrutura da Expo 2020, gigantesca, que nos obrigava a caminhar quilômetros por dias para nos deslocar de um pavilhão a outro e conseguir acompanhar as inúmeras programações — excetuando, claro, aquelas mesas de negociações e decisões, em que os movimentos sociais eram mantidos à distância e só os governos e as empresas poderiam participar.



Protesto dos povos originários na COP 28

O SENTIR QUILOMBOLA NA COP 28

AS RETIREIRAS DO ARAGUAIA

Laura Ferreira, do quilombo Ribeirão da Mutuca, território de Mata Cavalu, afirmou que a COP foi um momento importante para mostrar ao mundo que os povos e as comunidades tradicionais “têm inúmeros saberes, ciências e costumes que precisam ser disseminados”.

“A nossa relação é de preservar o que temos dentro dos nossos territórios. A comunidade sempre interagiu com a natureza, respeitando, cuidando e preservando. A natureza tem vida, tanto é que quando vamos tirar alguma árvore, sempre pedimos licença. A gente constrói nossas roças em forma de rodízio, para não devastar as matas. A natureza oferece o ar que a gente respira, o alimento, o fruto. Então, a gente tem que cuidar. A natureza cuida da gente e a gente cuida dela”, destacou.

Na avaliação da ativista, de alguma forma, o encontro serviu para levar as demandas dos quilombolas, tornando-as visíveis. “Uma das grandes demandas levadas foi a questão das violências e do racismo perante as comunidades quilombolas, que muitos defensores e defensoras dos direitos humanos e da Terra estão recebendo por defender aquilo que é o bem mais precioso, não somente para nós quilombolas, mas para o Brasil e o mundo, que é ter nossa natureza saudável”, ponderou Laura, ao frisar que também foi um momento para mostrar que há povos tradicionais vivendo nos principais biomas mato-grossenses.

“Interagimos com outros atores e países e mostramos que no Cerrado e no Pantanal não temos só fauna e flora. Temos seres humanos que habitam esses espaços, de onde advém toda a sua cultura e tradicionalidade”, disse a quilombola. “A sociedade precisa saber quem somos nós, onde estamos e o que necessitamos. Nas queimadas do Pantanal, muitas vezes, a gente dá muita ênfase aos animais, mas é preciso dar ênfase às pessoas que ali habitam”.

Por sua vez, a retireira do Araguaia, Lidiane Taverny Sales, do território Mato Verdinho, no município de Luciara, destacou que a participação dos povos tradicionais é de extrema importância. “Esses espaços de discussões e decisões sempre nos foram negados”, comentou. Segundo ela, são populações que atuam diretamente no enfrentamento às alterações climáticas com seus modos de vida e tecnologias socioambientais.

Para Lidiane, participar da COP 28 é tornar visíveis os modos de ser e de viver das pessoas retireiras do Araguaia, que abrangem práticas sustentáveis e que conservam o meio ambiente. “Marcar nossa participação é mostrar para o mundo que existimos e somos detentores de saberes e tecnologias capazes de frear essa dura realidade das alterações climáticas, que afetam diretamente as classes menos favorecidas economicamente”, afirmou.

Segundo ela, o Mato Grosso é diretamente afetado pelas mudanças climáticas. “Não há como negar a realidade que vivemos hoje. Pessoas estão morrendo pelo extremo calor, presenciando a maior seca da história do rio Amazonas. O fato do Mato Grosso ser o maior exportador de grãos contribui bastante para o desmatamento e invasão dos territórios tradicionais”, apontou. Lidiane lembra que os impactos não ocorrem somente nas áreas desmatadas, pois os povos tradicionais sofrem com essas alterações. “Presenciamos queimadas descontroladas, calor extremo, seca de lagos e rios, perda da produção sustentável familiar nos territórios”, concluiu. **F**

■ **Aluízio de Azevedo** é jornalista, pós-doutorando do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) e cigano Calon

Nas trilhas da loucura

Em *Pensar a Loucura: trilhas literárias, culturais, históricas* (Editora Fiocruz), treze pesquisadores de áreas diversas refletem sobre a loucura no amplo e multifacetado campo da cultura. Longe da pretensão de definir loucura, os autores contribuem para ampliar e aprofundar o pensamento sobre os “desvios da razão” a partir do teatro, do cinema, da literatura. Há desde artigos sobre *O Alienista*, de Machado de Assis, ou *o Dom Quixote*, de Cervantes, até um ensaio que relaciona Sartre, o teatro de Luigi Pirandello e a peculiar experiência da companhia de teatro carioca *Andarilhos Mágicos*, entre outras reflexões. Organizado por João Roberto Maia, José Roberto Franco Reis e Leandra Brasil da Cruz, o volume integra a coleção *Loucura & Civilização*.



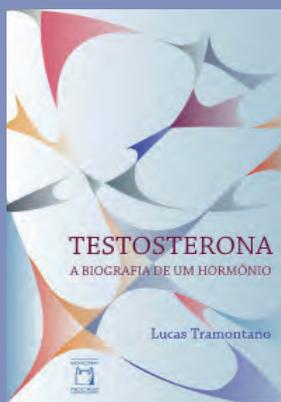
NÊGO BISPO

Antonio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, morreu de repente, dia 3 de dezembro, aos 63 anos. Em seu último livro, *A Terra Dá, a Terra Quer* (Ubu Editora), o intelectual e ativista negro desafia o debate decolonial, compreendido por ele como a depressão do colonialismo, e propõe a contracolonização, um modo de vida ainda não nomeado e que precede a própria colonização. O livro é uma bela oportunidade para entrar em contato com a escrita e o pensamento provocadores de Nêgo Bispo, formado entre os saberes de mestras e mestres do quilombo Saco Curtume, no município de São João do Piauí.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O que de fato está acontecendo com o clima? O que nós temos a ver com isso? Essas perguntas movem o episódio número um do podcast *Palavra Terra*, uma produção do Milpa - Laboratório de Jornalismo e do programa de extensão *Mão na Mídia*, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A partir de entrevistas bem conduzidas, são investigadas questões caras ao momento atual, como os efeitos da degradação das condições de vida na Terra, a destruição dos ecossistemas e maneiras de se proteger em um planeta cada vez mais hostil. A primeira temporada conta com oito episódios já disponíveis. Ouça: <https://spoti.fi/3NP1pbp>



TESTOSTERONA, UMA BIOGRAFIA

Testosterona: a Biografia de um Hormônio (Editora Fiocruz), de Lucas Tramontano, parte de um olhar genealógico e arqueológico para elaborar uma biografia da testosterona na ciência: como surgiu e passou a existir algo que hoje conhecemos

como o hormônio testosterona. No livro — fruto da tese de doutorado defendida pelo autor no Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro (IMS/UERJ) —, a testosterona é tratada como uma personagem que frequenta colunas sociais, discursos políticos, filmes, competições esportivas e programas de variedades. E o leitor é conduzido por uma história que implica modos diversos de compreender e estruturar o corpo de homens e mulheres.

UM RELATO SOBRE A LEISHMANIOSE

FAULLER FREITAS*

Em 13 de dezembro de 2023, estive no Hospital São José de Doenças Infecciosas do Estado do Ceará, em Fortaleza, e enfim tive o diagnóstico que tanto esperava: estou curado da leishmaniose! Foram vários meses de luta e de muita paciência.

Fui picado pelo mosquito palha (flebotômíneo) em junho de 2023 na zona rural de Palmácia, região serrana do Ceará. Não senti nenhum incômodo no momento, tampouco conseguia imaginar o que estava por vir. Duas ou três semanas depois, apareceu uma pequena mancha vermelha em minha perna, pensei tratar-se apenas de uma picada de muriçoca (pernilongo). Os dias passaram e a mancha continuou lá.

Logo me dei conta que não era algo tão simples. Já havia passado um mês quando resolvi procurar ajuda médica: primeiro, fui ao farmacêutico que cuida de mim e de muitas pessoas em meu bairro. Logo, ele achou que poderia ser uma bactéria. Receitou-me um bactericida e o tomei por cinco dias. Não resolveu!

Nesse meio tempo, estava com muitas atividades profissionais e não poderia pausar nada: aulas de composição coreográfica para um curso técnico, espetáculos de dança, orientações cênicas para atores. A lesão começava a ganhar forma e um leve incômodo, antes inexistente, instalava-se em minha perna. Procurei um clínico geral em uma UPA.

Já na triagem, a atendente me deu uma certa prioridade, pois viu que a lesão estava iniciando um processo de infecção e abrindo pouco a pouco. Fui consultado e a médica constatou também ser uma bactéria. Recebi mais dez dias de antibióticos e corticoides. Voltei para casa esperançoso, mas após consumir toda a medicação, tive apenas um leve freio na velocidade de expansão da lesão, e que tomou fôlego logo nos dias seguintes.

É importante situar que tomei a medicação — antibióticos e corticoides — entre os dias 8 e 18 de setembro. Lembro-me que ao participar de dois eventos no dia 15 do mesmo mês, voltei para casa com muita febre e dor nas duas lesões. Ali, comecei a ter real dificuldade para caminhar. Na noite de 17 de setembro, ao falar com uma amiga por chamada de vídeo, ela me pediu para ver a lesão (essa pessoa mora na região serrana e como já teve leishmaniose, imediatamente conseguiu identificar o que estava acontecendo).

No dia seguinte, fui até o Hospital São José. Passei dois dias sendo jogado de um lado para o outro. Não havia médicos para tratar o meu problema, pois estavam de férias e teria que esperar por mais de um mês para enfim ser consultado. Tempo esse que eu não dispunha mais. A minha perna estava totalmente aberta no local da lesão e já não conseguia andar sem auxílio de uma bengala. No dia 20 de setembro, por intermédio de um amigo, enfim fui atendido por um médico infectologista no Hospital Monte Klinikum, também em Fortaleza.

Após constatar que se tratava de uma leishmaniose tegumentar (tive sorte de não ser acometido pela infecção visceral), o médico me passou uma dezena de exames para que eu pudesse iniciar imediatamente o tratamento. Saí do hospital direto para o laboratório de análises clínicas. Lá fiz exames de HIV, sífilis, fígado, rins, diabetes, leishmaniose visceral, hemograma completo... Ao final do dia, com todos os resultados negativos, ele autorizou o início da medicação. Um comprimido de Fluconazol a cada oito horas.

Os retornos ao hospital que a princípio eram uma vez por semana passaram a ser a cada dois dias. À medida que a medicação foi fazendo efeito, os protozoários foram morrendo. Um total de 100 caixas e 200 comprimidos.

A partir do dia 10 de novembro, iniciei o tratamento venoso com Glucantime. Tomei duas ampolas diárias dessa medicação por 28 dias até as lesões fecharem completamente. Durante todo o tratamento fiz uma série de quatro eletrocardiogramas para acompanhar o efeito da medicação sobre a minha frequência cardíaca.

A leishmaniose é uma doença muito dinâmica (há dias em que as lesões parecem recuar, mas logo elas voltam mais agressivas). Percebi que existe pouca informação e investimento na área da saúde sobre a sua causa e tratamento, pois só fui medicado de forma eficaz quando já estava prestes a ser internado.

Hoje, estou curado. Estou retomando a minha vida social e em breve voltarei às atividades físicas. Mas por vários momentos, pensei que não fosse conseguir conter a infecção. Acordava no meio da noite com febre e temia perder a minha perna ou até mesmo morrer. Ser um atleta e ter tido uma vida com boa alimentação e sem vícios me ajudou a poder contar com os meus órgãos vitais em perfeito funcionamento nos momentos em que mais precisei.

■ FAULLER FREITAS É BAILARINO, COREÓGRAFO E DIRETOR CEARENSE DE TEATRO E DANÇA CONTEMPORÂNEA.

Para quem doa, é alimento.
Para a família da
Mariah e do Pedro, foi o
começo de uma vida nova.

Doe leite materno

Mariah e Pedro

Receptores de
leite humano

- ▣ Quem doa salva vidas. O leite materno protege de infecções, diarreias e alergias.

Ligue 136 ou procure o Banco de Leite Humano mais próximo e informe-se sobre como doar.

- ▣ Qualquer quantidade é importante para salvar a vida de bebês prematuros e com baixo peso internados nas unidades neonatais.

Saiba mais em
gov.br/doacaodeleite

